



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL**

**EDUCAÇÃO FISCAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA:  
PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS  
FINAIS DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL**

**Elaine Silva Cordeiro**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
2022**

**EDUCAÇÃO FISCAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA:  
PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS FINAIS DO  
ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL**

**ELAINE SILVA CORDEIRO**

Graduada em Direito  
Universidade Católica do Salvador, 2017

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

C794p

Cordeiro, Elaine Silva.

Percepções de docentes e discentes dos anos finais do ensino público fundamental / Elaine Silva Cordeiro. Cruz das Almas, BA, 2022.

97f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo.

1.Educação – Políticas públicas. 2.Educação – Finanças. 3.Ensino fundamental – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 370.18

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração –Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL**

**EDUCAÇÃO FISCAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA:  
PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS FINAIS DO  
ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação  
Elaine Silva Cordeiro

Aprovada em: 05 de julho de 2022

Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientador

Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinadora Interna

Profa. Dra. Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinadora Externa

*E se algum dia esse país quiser superar as desigualdades e fazer as pazes com a justiça econômica e social, o rosto da mulher negra precisará ser estampado na sua capa.*

## **EDUCAÇÃO FISCAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA: PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL**

**RESUMO:** Esta dissertação analisa as percepções de docentes e discentes da educação pública municipal, do ensino fundamental, anos finais, de São Sebastião do Passé - BA, sobre a educação fiscal como conteúdo para a cidadania ativa. Em um contexto de severas desigualdades sociais, o Brasil mantém um sistema tributário regressivo que potencializa as injustiças e uma população desinformada e com apatia política. O Programa Nacional de Educação Fiscal visa desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social e intenta pela construção democrática e participativa de políticas públicas capazes de minimizar as desigualdades sociais. A educação fiscal está disposta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como Tema Contemporâneo Transversal para a educação básica. Assim, buscamos as percepções de docentes e discentes sobre o tema com o objetivo de subsidiar uma proposta pedagógica de inserção da educação fiscal nas escolas do município. Foi uma pesquisa de cunho exploratório e com abordagem quanti-qualitativa dividida em duas fases: na primeira foi feita a coleta dos dados sobre a educação no município, na plataforma QEdu, relativos aos períodos 2019 e 2020 e a segunda foi subdividida em três etapas: uma roda de conversa com professores do Colégio Dr. João Paim; quatro oficinas com estudantes do 9º ano do mesmo colégio e survey com questionários para professores e estudantes. Como resultado, as/os docentes: reconhecem a importância da educação fiscal para a formação da/o estudante, apesar do tema não estar completamente contemplado nas suas práticas; colocaram a necessidade de capacitação, a possibilidade de o tema ser tratado como uma disciplina específica; declararam-se mais dispostos para desenvolver processos formativos de educação financeira que de educação fiscal. As/os discentes declararam que esses conteúdos não são trabalhados nas aulas, mas que acham importante e têm interesse em ter a educação fiscal na sua formação de ensino fundamental na escola.

**Palavras Chave:** Cidadania fiscal; Controle social; Educação financeira; PNEF.

## TAX EDUCATION IN SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA: PUBLIC MIDDLE SCHOOL TEACHERS AND STUDENTS PERCEPTION

**ABSTRACT:** This dissertation analyzes the 9th graders public school teachers and students perceptions, in São Sebastião do Passé – BA, about tax education as content for active citizenship. In a severe social inequalities context, Brazil maintains an injustice enhancer regressive tax system and an uninformed and politically apathetic population. The National Fiscal Education Program aims to develop the society critical awareness for the social control exercise and minimizing social inequalities through public policies democratic and participatory construction. Tax education is included in the National Curricular Common Base (BNCC) as a Transversal Contemporary Theme for basic education. Therefore, we search the teachers and students perceptions about the theme so we can elaborate a pedagogic proposal to insert tax education in the municipality schools. This was a two-phases exploratory and quantitative-qualitative approached research. First, a data collection about the municipal education was made between 2019 and 2020 into the QEdU Platform. The second phase was divided in three steps: a conversation with the Dr. João Paim Middle School teachers; four workshops with 9th grade students from the same school; one questionnaire survey for teachers and one for students. As result, the teachers: acknowledge the tax education importance for the students formation, despite the theme is not entirely contemplated in their practices; they pointed the training need so the theme can be treated as a specific subject; they also declared themselves more willing to develop the financial education formative process than the tax education process. On the other hand, the students declared they don't see these contents in the classes, but they thought its important and they are interested in studying tax education during the middle school.

Keywords: Fiscal citizenship; Social control; Financial education; PNEF.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 TRIBUTOS E SUA GESTÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1 Tributos e Tributação: Aspectos Conceituais e Históricos</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2 Estrutura do Sistema Tributário Brasileiro</b> .....	<b>16</b>
<b>2.3 Contribuinte e Cidadania Fiscal</b> .....	<b>21</b>
<b>3 EDUCAÇÃO FISCAL PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1 O papel da educação básica para a cidadania ativa</b> .....	<b>25</b>
<b>3.2 Desafios na educação formal com a pandemia da COVID-19</b> .....	<b>28</b>
<b>3.3 Educação fiscal como aprendizagem essencial</b> .....	<b>31</b>
<b>3.4 Educação fiscal e/ou educação financeira: o que as diferencia em meios e fins?</b> .....	<b>38</b>
<b>4 AS PERCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FISCAL DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FUNDAMENTAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA</b> .....	<b>42</b>
<b>4.1 Contextualização do Campo da Pesquisa</b> .....	<b>42</b>
<b>4.2 Dados da educação no município</b> .....	<b>44</b>
<b>4.3 Percurso Metodológico</b> .....	<b>49</b>
<b>4.4 As primeiras percepções dos docentes sobre o tema da educação fiscal..</b>	<b>54</b>
<b>4.5 As primeiras percepções dos discentes sobre o tema da educação fiscal.</b>	<b>57</b>
<b>4.6 Análise descritiva das percepções das/os docentes e discentes a partir da survey</b> .....	<b>63</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>82</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM AS/OS PROFESSORAS/ES DO COLÉGIO DR. JOÃO PAIM</b> .....	<b>88</b>

<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DA OFICINA DE EDUCAÇÃO FISCAL COM AS/OS ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO DR. JOÃO PAIM.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS/AOS PROFESSORAS/ES DOS ANOS FINAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE D - QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS/AOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ.....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações.*

*Chico Buarque*

No exercício da função de Fiscal de Tributos na Prefeitura de São Sebastião do Passé, na Bahia, município da região metropolitana de Salvador, com população de 44.554 pessoas em 2021, PIB per capita, em 2018, de R\$ 14.504,51 (IBGE, 2021) e incidência de pobreza em 44,99% da população<sup>1</sup>, venho observando o desconhecimento e falta de interesse da população sobre os tributos e sua importância.

Pela experiência profissional, percebo que existe a reprodução do discurso baseado no senso comum, por boa parte da população, de que a carga tributária do Brasil é uma das mais altas do mundo; que nada é feito com o recurso de tantos impostos que pagamos; que não temos serviços públicos de qualidade; que é por conta da corrupção que nosso país não se desenvolve e existem desigualdades.

Entendo que os tributos são instrumentos públicos fundamentais para a garantia de direitos por parte do Estado, por meio da oferta de bens e serviços, materializados principalmente em políticas públicas, programas, projetos, serviços e benefícios. Porém, as/os cidadãs/os não se sentem parte ativa desse processo de tributação; não compreendem a ligação entre os tributos e as políticas públicas e assim ficam alheios ao funcionamento do sistema.

De fato, vivemos em uma sociedade demasiadamente desigual, a pobreza atinge grande parte da população e o nosso sistema tributário apresenta falhas estruturais. O Brasil possui carga tributária entre 32% e 33% do PIB desde 2005, representando mais de 10 pontos percentuais em relação à média da América Latina, 22,7% do PIB em 2019 (OCDE et al., 2021), mas o problema maior reside na forma de tributar.

Quem tem renda de até dois salários-mínimos sofre com uma carga tributária de cerca de 54% sobre sua renda, o que equivale a 197 dias de trabalho só para pagar tributo. Já quem recebe mais de trinta salários-mínimos tem carga tributária de

<sup>1</sup> Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003 (IBGE)

cerca de 29%, equivalente a 106 dias trabalhados<sup>2</sup>. Isso caracteriza o sistema tributário como regressivo, por onerar excessivamente o consumo, destino preponderante da renda dos assalariados.

No entanto, a maior parte da população brasileira não sabe como e onde está sendo tributada e, pela complexidade do tema, se isenta até mesmo do conhecimento dos fatos. Atrelado a isso, temos uma cultura política com resquícios de paternalismo, assistencialismo, favoritismo e corporativismo que interfere no modo de compreender, se posicionar e refletir sobre a importância da tributação e dos tributos.

É preciso inteirar a população da finalidade e da importância do pagamento dos tributos, de como deverão ser utilizados os recursos arrecadados e como ela pode intervir nesse processo. Assim, a educação fiscal é uma das molas propulsora para a construção da cidadania, no sentido de embasar o contribuinte sobre as decisões públicas relacionadas à tributação e aos gastos/investimentos em políticas públicas. Sua ausência favorece a propagação de ideias equivocadas, o desinteresse pela coisa pública e acoberta a sonegação praticada por alguns dos que detêm o capital.

A sonegação fiscal é um crime e constitui-se pela omissão ou práticas fraudulentas para o não pagamento ou o pagamento a menor de tributos. Apesar de dispensarmos todos nossos esforços no combate à corrupção, vista como desvio dos recursos públicos, sabe-se que o ato de sonegar traz prejuízos expressivamente maiores.

Nesse diapasão, a educação formal, do nível básico ao superior, tem a missão de contribuir para a formação desses(as) cidadãos(ãs) conscientes e responsáveis, “sendo capaz de intervir e modificar a realidade social excludente a partir de sua comunidade” (BRASIL, 2014). Devemos investir na educação da nova geração para que a médio e longo prazo possamos, de fato, consolidar a cidadania em todas as suas dimensões, inclusive a fiscal.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais da educação básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), coloca a educação fiscal como Tema Contemporâneo Transversal (TCT). Aspecto integrador de uma educação para além do ensino de conteúdos científicos, com assuntos que

<sup>2</sup> Carga tributária bruta 2004 e 2008 (CFP/DIMAC/IPEA).

atravessem as experiências dos estudantes em seus contextos, contribuindo para uma formação política e ética.

Esses TCTs estão agrupados em seis macroáreas temáticas. A educação fiscal está disposta na macroárea economia, juntamente com a educação financeira (BRASIL, 2019a). Assim, tanto a educação fiscal - que trabalha a relação entre Estado e cidadãos/os para o bem-estar social - como a educação financeira - que trabalha a relação entre cliente e operadores do sistema financeiro para o bem-estar individual - estão colocados como conhecimentos necessários para a formação da cidadania participativa.

Embora o Brasil conte com um bom Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), percebemos uma priorização na implementação das ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) nas escolas e na sociedade em geral. As ações propostas pelo PNEF são, na maior parte dos Estados, realizadas circunstancialmente e, em muitos municípios, nunca foi realizada ação alguma.

Diante dos aspectos aqui trazidos, da minha experiência de 20 anos como fiscal de tributos no município de São Sebastião do Passé - BA, atrelado às reflexões teóricas desenvolvidas ao longo do mestrado é que surge essa pesquisa. Importante salientar que, inicialmente, pretendia realizar uma pesquisa exploratória para que o trabalho de conclusão de curso fosse apresentado no formato de produto tecnológico, um programa de formação em educação fiscal nas escolas.

Entretanto, devido às demandas impostas às/aos professoras/es na adaptação ao ensino remoto, durante a pandemia da Covid-19, não consegui adesão das/os mesmas/os ao formato inicial da pesquisa. A partir de mudanças no método da pesquisa, foi realizada, de modo exploratório, uma roda de conversa apenas com as/os professoras/es da Escola Municipal Dr. João Paim, onde ficou aparente o despreparo das/os educadoras/es para compreender e trabalhar o tema da educação fiscal transversalmente.

Com isso, optei por realizar uma pesquisa *survey* sobre as percepções de docentes e discentes sobre o tema em questão. Nesse caminho, a pergunta da pesquisa foi: quais as percepções de professoras/es e estudantes dos anos finais do ensino fundamental sobre a educação fiscal como conteúdo transversal nas escolas de São Sebastião do Passé?

O objetivo geral foi analisar as percepções de professoras/es e estudantes dos anos finais do ensino fundamental de São Sebastião do Passé, sobre a

importância da educação fiscal como conteúdo transversal para a formação. Os objetivos específicos foram:

a) verificar o nível de conhecimento dos professores e estudantes sobre os tributos e a sua gestão;

b) identificar as percepções sobre as necessidades e possibilidades de implementar conteúdos de educação fiscal nos processos de ensino-aprendizagem;

c) subsidiar proposta para implementação de conteúdos de educação fiscal nas escolas de ensino fundamental, anos finais, de São Sebastião do Passé, conforme previsto na BNCC.

Foi uma pesquisa de cunho exploratório e com abordagem quanti-qualitativa dividida em duas fases: na primeira foi feita a coleta dos dados sobre a educação no município, na plataforma QEdu, relativos aos períodos 2019 e 2020; e a segunda foi subdividida em três etapas: uma roda de conversa com professores do Colégio Dr. João Paim; quatro oficinas com estudantes do 9º ano do mesmo colégio e *survey* com questionários para professores e estudantes.

A partir dessas percepções, será possível identificar pontos que contribuem para o não engajamento no tema, de modo que, após análise, seja possível propor ações que estimulem o interesse na temática.

O estudo sobre as percepções é de grande importância para embasar aspectos educacionais e de formação, uma vez que, conforme Masini (2012 *apud* CARDOSO, 2013) percepção é um processo ativo, no qual há a integração dos nossos sentidos com nossas experiências. E para compreender as percepções, devemos considerar os sujeitos, suas vivências e suas formas próprias de explorar e perceber.

Esta dissertação, além dessa introdução, possui mais três capítulos. O primeiro traz aspectos teóricos sobre tributos e gestão tributária, enfatizando os direitos e as obrigações das/os cidadãs/os e a cidadania fiscal. O segundo capítulo traz questões relacionadas à educação emancipadora e à contribuição da educação fiscal. Nesse sentido, a distinguindo de outros conteúdos como a educação financeira. No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo, que são antecedidos do detalhamento metodológico adotado e da contextualização do campo de pesquisa. Por fim, trago algumas considerações finais, reflexões sobre os limites do estudo e sugestões para produções acadêmicas e tecnológicas futuras.



## 2 TRIBUTOS E SUA GESTÃO

*Ao cobrar impostos e ao tosquiarem ovelhas,  
é bom parar quando você chega à pele.*

*Austin O'malley*

Dadas as complexidades que envolvem a tributação no Brasil, a maior parcela da população segue sem compreender o que é e quais são os tributos, como está estruturado o sistema tributário e quais os benefícios da aplicação dos tributos em políticas públicas. Buscando apresentar o tema de maneira objetiva, este capítulo aborda os aspectos teóricos sobre os tributos, a estrutura do Sistema Tributário Nacional e os direitos e as obrigações das/os cidadãs/os e a cidadania fiscal.

### 2.1 Tributos e Tributação: Aspectos Conceituais e Históricos

A palavra tributo deriva do latim *tributu* e se refere à parte da renda que cabe à tribo<sup>3</sup> (CUNHA, 2010). O Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei nº 5.172 de 1966, define no art. 3º, *in verbis*: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 2012).

Trocando em miúdos, tributo é a parcela da nossa renda que, obrigatoriamente, entregamos para o Estado pagar suas despesas. No Estado Democrático de Direito, assegurado na Constituição Federal de 1988 (CF), o tributo deve ser o financiador de políticas públicas (BRASIL, 1988).

A atividade tributária tem a função de oportunizar bem-estar, igualdade de acesso e garantia de direitos. Para isso, faz-se necessário que os tributos sejam devidamente pagos e a alocação dessas receitas sejam acompanhadas pelas/os pagantes: a sociedade.

De acordo com Coêlho (2003), o tributo tem origem desde as primeiras sociedades. As manifestações tributárias se davam em forma de presentes aos chefes das tribos, por sua atuação em favor da comunidade. Mais tarde, convertendo-se em punição aos vencidos, o tributo torna-se imposto. Foi na Grécia

<sup>3</sup> Grupo de pessoas que apresentam características e interesses comuns.

do século VII A.C., que surge o Estado como administrador do tributo. Nesse período, mantida pela mão-de-obra escrava e custeada pelos tributos pagos pelos cidadãos, Grécia tornou-se um dos maiores impérios das civilizações antigas. Na Roma Antiga, os impostos eram cobrados em cima de mercadorias importadas e de quaisquer bens consumidos. O império romano foi consolidado e mantido através do pagamento dos tributos, por parte dos cidadãos romanos e por parte das províncias conquistadas. Na Europa medieval, onde a noção de Estado e a circulação de moeda eram ínfimas, o tributo era pago aos senhores feudais com a maior parte das colheitas. O conceito de Estado volta a ganhar força no final da Idade Média com as expedições marítimas e o comércio, quando a moeda de troca passa a ser as especiarias. Na Idade Moderna, grandes expedições, fortalecimento dos Estados e exploração das Américas, geraram uma nova gama de moedas, pois estas terras eram ricas em metais preciosos. A prática da mineração fortalece os reinados exploradores e dizima as terras exploradas (ibid).

Na contemporaneidade, após a Revolução Francesa, quando houve a busca pela instauração da república, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o tributo assume um significado social de grande importância, passando a ser responsável por financiar os programas de governo.

No caso do Brasil, o tributo começou a ser cobrado através do quinto do pau-brasil pela Coroa Portuguesa. Em 1543, no Brasil não existia nenhuma organização tributária, o tributo era pago para Portugal em produtos. Em 1789, movimentos da Revolução Francesa já inspiraram revoltas na colônia brasileira devido à cobrança excessiva do tributo por Portugal (ibid).

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa, as despesas do Brasil aumentaram consideravelmente e a tributação foi elevada para financiar a nobreza. Os portos, antes fechados, foram abertos para a importação comercial e inúmeras leis e taxas foram criadas, dentre elas, a taxa de importação que beneficiava principalmente os produtos ingleses.

A perspectiva de mudança chegou após a decretação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, quando foram traçados os limites e fundamentos do Direito Tributário Nacional e, com a evolução das cartas constitucionais de 1937, 1946, 1967 e a de 1988, os tributos passaram a visar o bem-estar social.

Contudo, hoje, apesar de todo avanço legislativo, o arranjo social brasileiro apresenta pouca alteração desde o Brasil colônia. E o tributo está longe de alcançar,

satisfatoriamente, a sua finalidade de redistribuição de renda e redução das desigualdades.

Na contemporaneidade, os tributos têm o objetivo de subsidiar as atividades financeiras estatais para o alcance da sua função social, qual seja, o bem-comum. Perfazendo-se na dinâmica da fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade, os tributos devem adequar-se à conjuntura econômica e à realidade social do Estado.

Os tributos fiscais têm a função preponderante de arrecadar valores para custear as despesas públicas. Os tributos extrafiscais se propõem a atuar no comportamento da sociedade, incentivando ou desestimulando práticas e são orientados por interesses políticos, econômicos, sociais ou ambientais. E os tributos parafiscais, por sua vez, são cobrados por autarquias, órgãos paraestatais, profissionais ou sociais, para custeio e financiamento. Ex.: contribuição sindical, anuidade do CREA e OAB (ALENCAR, 2020).

## 2.2 Estrutura do Sistema Tributário Brasileiro

O CTN, no seu artigo 5º, classifica três espécies pertencentes ao gênero tributo: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Já a Constituição Federal, nos seus artigos 148 e 149, classifica outras duas espécies não codificadas: os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais interventivas econômicas e contribuições profissionais, totalizando cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

A seguir, no Quadro 1, apresenta-se a estrutura do sistema tributário nacional.

**Quadro 1 - Resumo dos Tributos por Ente Federado**

ENTE FEDERADO	TRIBUTOS		
	IMPOSTOS	TAXAS	CONTRIBUIÇÕES

UNIÃO	II-Imposto de Importação  IE-Imposto de Exportação  IR- Imposto de Renda  IPI-Imposto Sobre Produtos Industrializados  IOF-Imposto Sobre Operação Financeira  ITR-Imposto Territorial Rural  IGF-Imposto Sobre Grandes Fortunas  Impostos Residuais  Impostos Extraordinários	- Exercício de poder fiscalizatório; - Uso potencial ou efetivo de serviço público.	- Contribuições de Melhoria; - Contribuições Especiais (contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas); - Contribuições para Seguridade; - Contribuições para regime próprio de previdência.
ESTADOS E DF	ITCMD-Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação  ICMS-Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  IPVA-Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	- Exercício de poder fiscalizatório; - Uso potencial ou efetivo de serviço público.	- Contribuições de Melhoria; - Contribuições para regime próprio de previdência.
MUNICÍPIOS E DF	IPTU-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  ITBI-Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis  ISS-Imposto Sobre Serviços	- Exercício de poder fiscalizatório; - Uso potencial ou efetivo de serviço público.	- Contribuições de Melhoria; - Contribuições para regime próprio de previdência; - COSIP.

Fonte: adaptado de Correia Neto (2019)

Para uma breve análise das principais classificações dos tributos, temos os tributos vinculados e os não vinculados; os diretos e os indiretos e os progressivos e os regressivos, conforme o Quadro 2:

## Quadro 2 - Classificação dos tributos

### VINCULADOS E NÃO VINCULADOS

---

Os vinculados têm sua cobrança justificável por uma atividade estatal específica que irá beneficiar o cidadão em retorno.

Exemplo: as taxas e as contribuições de melhoria.

Os não vinculados são de competência privativa, constitucionalmente definidas, e não precisam de contraprestação de serviço correspondente.

Exemplo: os impostos.

### DIRETOS E INDIRETOS

---

Os tributos diretos são arrecadados diretamente dos cidadãos.

Exemplo: IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), incidentes sobre a renda e o patrimônio.

Os tributos indiretos são aqueles cobrados embutidos no preço de produtos e serviços.

Exemplo: ICMS (Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre serviços), incidentes sobre produtos e serviços.

### PROGRESSIVOS E REGRESSIVOS

---

Os tributos progressivos têm suas alíquotas em percentuais que variam conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Exemplo: IRPF.

Os tributos regressivos são cobrados em percentuais uniformes, ou seja, não levam em conta a capacidade econômica do contribuinte.

Exemplo: ICMS e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados).

---

Fonte: elaborado pela autora com base em Alencar (2020).

O Sistema Tributário Nacional (STN) é o conjunto das normas destinadas a regular a instituição, a cobrança, a arrecadação e a repartição dos tributos. Ele está sustentado sobre a renda, o patrimônio, o consumo, a circulação de bens e serviços e a folha de pagamentos.

Um sistema tributário para ser legítimo, deve ser balizado por princípios. A CF de 1988 traz uma série de princípios tributários para direcionar nosso sistema de tributação, a exemplo de: princípio da legalidade, pois o tributo só pode ser instituído por lei; da isonomia, que determina o equilíbrio na relação de tributação; da irretroatividade, cujo pressuposto é o de não retração da lei tributária em desfavor do contribuinte; da anterioridade, que permite a exação do tributo apenas quando respeitado o lapso temporal para sua eficácia; do não-confisco, pois os tributos não têm caráter de punição; da capacidade contributiva, que guarda estreita relação com

o princípio da isonomia e é graduado pela capacidade econômica do contribuinte; dentre outros.

Isso significa dizer que, para cobrar tributos, há um conjunto de diretrizes a ser observado pelo poder público, consistindo no limite ao poder de tributar (BRASIL, CF, 1988, art. 150). Nas palavras do professor Ives Gandra Martins (2016), trago o princípio fundamental para entendimento deste trabalho:

O princípio da capacidade contributiva exige que a imposição tributária respeite a capacidade econômica dos contribuintes sendo os impostos pessoais ou reais (diretos ou indiretos). Veda o efeito de confisco bem como a tributação sobre os ganhos daqueles que apenas auferem o mínimo para sua sobrevivência e de seus familiares, não possuindo capacidade econômica suficiente para arcar com a carga tributária (MARTINS, 2016, p. 06).

Conforme o princípio da capacidade contributiva, art. 145, §1º da Constituição Federal de 1988, a tributação deve incidir com base na progressividade econômica e contribuir para o processo de distribuição de renda. “Quando, ao contrário, o sistema assume um caráter regressivo, ele se torna um problema para o desenvolvimento econômico e social, pois aumenta a concentração de renda” (CAMPANELLE, 2012, p. 23).

O nosso sistema de tributação é regressivo. Taxa demasiadamente a aqueles/as de baixa renda e serve à classe de maior poder econômico, quando onera sobremaneira o consumo, destino do salário do pobre e abranda a taxaçoão sobre o patrimônio e a renda, como mostrarei a seguir. Isso inverte a lógica constitucional do princípio da capacidade contributiva.

No sistema tributário brasileiro, o imposto é o tributo de maior relevância arrecadatória. O imposto tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte (BRASIL, CTN, 2012, art. 16). A destinação dos valores arrecadados pelos impostos é definida pelo poder executivo com aval do poder legislativo, através do orçamento público. Sendo assim, a receita dos impostos não tem vinculação específica.

Os impostos são valores pagos compulsoriamente pelo cidadão (pessoa física ou jurídica) ao Estado, com o objetivo de custear os direitos à educação; à saúde; à alimentação; ao trabalho; à moradia; ao transporte; ao lazer; à segurança; à previdência social; à proteção para a maternidade e para a infância e à assistência aos desamparados (BRASIL, CF, 1988, Art. 6º).

A tributação precisa ser transparente e justa. Precisa observar o princípio da capacidade contributiva para cumprir com a sua função social. No entanto, o STN apresenta sérias deformações, começando por 49,7%<sup>4</sup> da arrecadação do país advir da tributação sobre o consumo, na qual o tributo é embutido no preço da mercadoria ou do serviço, tributando ricos e pobres, uniformemente, sem considerar a capacidade econômica.

Além da tributação incidir levemente sobre o patrimônio e a renda em detrimento do consumo, o que golpeia as pessoas em situação de maior vulnerabilidade e risco, agravada pelas pobreza, o Brasil também isentou desde 1996, o imposto sobre lucros e dividendos das pessoas físicas na declaração do Imposto de Renda (IR). Desse modo, o IR que tem caráter progressivo, tem a progressividade limitada a 30 salários-mínimos (SM).

A incoerência do sistema fica evidente quando observada a Declaração Individual do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2008, na qual 46,8% de toda renda de capital (renda isenta) é declarada por menos de 0,3% dos declarantes, pertencentes à faixa maior de 160 SM. Enquanto a renda de trabalho (renda tributável) desse mesmo grupo representou apenas 6% da arrecadação (FERNANDES, 2019), como podemos conferir na Tabela 1.

**Tabela 1 - Rendimentos do trabalho e do capital na DIRPF (2008)**

Faixa de rendimento mensal	Número de declarantes	Renda de trabalho		Renda de capital		Total	
		(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)
Até 3 SM	6.459.577	34.904,9	3,8	2.261,4	0,7	37.166,4	3,0
De 3 a 5 SM	7.371.132	136.493,6	15,0	6.681,2	2,1	143.174,8	11,6
De 5 a 10 SM	6.501.415	199.902,8	22,0	19.835,8	6,1	219.738,6	17,8
De 10 a 20 SM	3.207.904	184.030,0	20,3	30.352,0	9,3	214.382,2	17,4
De 20 a 40 SM	1.458.385	154.880,0	17,1	38.849,4	11,9	193.729,4	15,7
De 40 a 80 SM	555.554	102.780,6	11,3	41.212,9	12,6	143.993,5	11,7
De 80 a 160 SM	146.930	40.758,1	4,5	34.189,6	10,5	74.947,7	6,1
> 160 SM	71.458	54.377,2	6,0	152.512,5	46,8	206.889,6	16,8
<b>TOTAL</b>	<b>25.772.355</b>	<b>908.127,1</b>	<b>100,0</b>	<b>325.895,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.234.022,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FERNANDES, 2019, p. 28-29

Conforme Souza J. (2018), assistimos também a má gestão dos recursos públicos; ao insatisfatório retorno em políticas públicas para o desenvolvimento do

<sup>4</sup> Dados 2019 (ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

país, com cortes de verbas para a educação, políticas sociais e pesquisas, o que reflete no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao favorecimento do grupo de brasileiros privilegiados, credores do Brasil, com o pagamento dos altos juros da dívida pública.

O pagamento de juros da dívida pública em 2021 foi de R\$ 448 bilhões, o valor supera os gastos previstos para 2022 com o Auxílio Brasil (R\$ 89,1 bilhões), com serviços públicos de saúde (R\$ 139,9 bilhões) e com manutenção e desenvolvimento do ensino (R\$ 62,8 bilhões). Isso sem falar do fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões e do “orçamento secreto”<sup>5</sup> das emendas parlamentares (MARTELLO, 2022).

O sistema tributário brasileiro, além de estar na contramão das suas finalidades constitucionais devido à inobservância ao primaz Princípio Constitucional da Capacidade Contributiva, tem sido instrumento potencializador das desigualdades sociais. A tributação indireta agrava a pobreza e a tributação direta favorece um pequeno grupo através de renúncias fiscais.

Portanto, a gestão tributária vigente coloca-se nos moldes da gestão estratégica apresentada em Tenório (1998 apud TENÓRIO; ARAÚJO, 2020), em uma perspectiva hierarquizada na qual o capital determina as condições de funcionamento do sistema e o Estado as impõe sobre a sociedade. Em suma, temos um sistema tributário complexo, obscuro e que se presta a atender mais a interesses privados que aos princípios republicanos, favorecendo a concentração de renda e aprofundando as desigualdades sociais.

### **2.3 Contribuinte e Cidadania Fiscal**

Segundo artigo 121, do CTN (BRASIL, 2012), contribuinte é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária (multa). É aquele/a que tenha relação direta com a situação que constitua fato gerador do tributo. Fato gerador é uma situação prevista em lei que, ao ocorrer na prática, dá origem a uma obrigação tributária.

<sup>5</sup> Este termo diz respeito a um esquema de liberação de recursos públicos, criado em 2020, pelo governo de Jair Bolsonaro, para mais um tipo de emenda parlamentar, só que nesta, não é revelado quem recebe o recurso nem o que faz com ele.

Historicamente, o poder estatal sempre esteve sobrepujado aos direitos do contribuinte. Apenas em 1215, com a Magna Carta Inglesa, foram impostos os primeiros limites aos Estados. Disposição intensificada com a Constituição Americana em 1776 e com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que dispunha em seu artigo 14º:

Os cidadãos têm o direito de verificar, por si mesmo, ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar seu emprego e de determinar a quota, a base de cálculo, o recolhimento e a duração (DECLARAÇÃO..., 1789).

No Brasil, constituições que regeram o país durante todo o século XX também traziam garantias contra os excessos da tributação. O CTN, nos seus artigos 173 e 174, traz a decadência<sup>6</sup> e a prescrição<sup>7</sup>, respectivamente. A Constituição Federal de 1988 traz as garantias básicas do contribuinte, artigo 5º, e os limites da tributação no artigo 150.

A CF confere legitimidade à tributação, mas esta tributação deve levar em conta limites imanentes ao sistema constitucional para que essa legitimidade não seja posta em dúvida. Nas palavras de Mota (2019), a medida para tributar consiste em se estabelecer limite máximo e limite mínimo.

O máximo que não sirva o tributo de confisco e o mínimo que não afete o mínimo existencial. O confisco diz respeito a expropriação de um bem particular pelo Estado, sem contraprestação pecuniária (CUNHA, 2010). Já o mínimo existencial é o conjunto de direitos básicos fundamentais que assegura a cada pessoa uma vida digna, como alimentação, saúde e educação (MOTA, 2019).

O Estado tem o dever de alcançar a justa medida tributária, a justiça fiscal, e o contribuinte tem o dever de recolher tributos justos, a cidadania fiscal que, conforme Teixeira (2019), é a efetiva participação do contribuinte como membro legítimo na vida política, econômica e social e impõe deveres e direitos ao cidadão, bem como impõe deveres e direitos ao Estado.

Nesse sentido, não devemos abrir mão do nosso direito de participar e intervir na gestão dos recursos públicos, indo além do lugar de meros contribuintes-consumidores. A cidadania diz respeito a se reconhecer como parte integrante do

<sup>6</sup> Art. 173 CTN. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos.

<sup>7</sup> Art. 174 CTN. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Estado e se colocar como contribuinte-cidadão, exercendo o direito de participação e controle social, típicos dos regimes democráticos.

O brasileiro, ao se sentir abandonado pelo Estado, não assistido pelas políticas sociais, impotente diante da má gestão e da irresponsabilidade com a coisa pública, arrefece-se do espírito republicano e volta-se para a sobrevivência e satisfação das suas necessidades, o consumidor. (MENEZES A., 2019).

Aos que têm oportunidade, fica a alternativa de buscar abrigo das suas causas na judicialização das demandas tributárias que, atualmente, possui número bastante expressivo no Brasil. E dessa forma, a solidariedade, pilar da cidadania, perde-se em concepções individualistas e egocêntricas (BUFFON, 2009).

Com isso, diante de um sistema tributário complexo e danoso, salvaguardado por um contencioso moroso, o contribuinte se vê seduzido por práticas que carecem de consciência cidadã e do *ethos* republicano, a exemplo da evasão e da elisão fiscal. A evasão fiscal, popularmente conhecida como sonegação, é um crime tributário, previsto na Lei nº 4.729/1965 e constitui-se pela omissão ou práticas fraudulentas para o não pagamento ou o pagamento a menor de tributos. De acordo com Silva e Marques (2011), a sonegação é o maior problema e fonte de profundas distorções na economia brasileira.

A elisão fiscal consiste de uma série de estratégias ‘não ilegais’ que visa diminuir ou zerar a carga tributária, omitindo o fato gerador do tributo e desta forma, aumentar os lucros. No meio contábil, é chamada de “planejamento tributário”. Vale ressaltar, que são condutas praticadas, predominantemente, por pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de alto poder aquisitivo.

A sonegação, conforme Loebens (2018), é a “corrupção privada”, quando os recursos públicos são desviados antes de ingressarem no caixa do Estado. E a “corrupção pública”, como já conhecemos, quando os recursos públicos são desviados depois de ingressarem no caixa do Estado. É o mesmo crime praticado em momentos diferentes. E ressalta que a modalidade privada traz prejuízos dez vezes maiores que a modalidade pública.

Silva e Marques (2011) aponta que o grande vilão do Custo Brasil, conjunto de dificuldades estruturais que atrapalham o crescimento do país, é o sistema tributário. Tributos complexos são terreno fértil para a evasão e a elisão fiscal, que por consequência, significam competição desleal de mercado e entrave ao crescimento.

À vista disso, é urgente a necessidade de modernização do Sistema Tributário Nacional para combate à sonegação e elisão fiscal e alcance da justiça fiscal e social. Haja vista, o CTN é uma lei datada de 1966 e foi recepcionado pela CF de 88 sem alterações substanciais.

Assim, precisamos de uma tributação justa, mas precisamos também compreender o encargo social de pagar tributos. Pois não há de se falar na materialização de direitos fundamentais prestados pelo Estado sem que haja o financiamento por parte dos tributos.

Deve ser do interesse de toda sociedade a forma como o Estado arrecada e administra os recursos públicos, sendo importante informar e estimular a reflexão dos diferentes atores sociais, de diferentes classes, possibilitando sua participação e atuação política nos espaços de decisão.

Então, é preciso ter uma educação que conteste o que está erroneamente estabelecido, o que não é válido para o social e bem comum e que requeira ação e compromisso para uma mudança em nossos quadros valorativos (VALORES ATIVOS para o exercício da cidadania).

### 3 EDUCAÇÃO FISCAL PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

*Quem me pariu foi o ventre de um navio  
Quem me ouviu foi o vento no vazio...  
Vou aprender a ler  
Pra ensinar meus camaradas.*

*Roberto Mendes e Capinan*

A educação carrega a função de desenvolvimento do potencial humano para superação das injustiças e das opressões. Neste capítulo abordaremos o papel da educação básica para a cidadania ativa; os desafios da educação durante a pandemia da Covid-19; a educação fiscal como aprendizagem essencial para formação cidadã e sua disposição como Tema Contemporâneo Transversal (TCT) na base curricular nacional e faremos uma breve análise da educação financeira como TCT e do aporte institucional que vem sendo dado a essa política para a formação das/os jovens.

#### 3.1 O papel da educação básica para a cidadania ativa

Tema colocado constantemente no centro do debate, a educação carrega o desafio de promover a formação da/o cidadã/o. Mas que educação seria essa? Nas palavras de Freire (1967, p. 36): “Uma educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”.

Nas sociedades modernas, apresenta-se axiomática a relação entre a política e a educação e seus desdobramentos para o desenvolvimento econômico e social, que transforma o cidadão em mero contribuinte e consumidor. Para Benevides (1996), não pode permanecer a figura do cidadão apenas como contribuinte e consumidor. A cidadania é uma ideia em expansão e a educação deve prestar-se à formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade.

A “educação para a democracia”, termo discutido pela socióloga Maria Benevides (1996), faz a associação da democracia participativa com a educação política das/os cidadãs/os. Quase três décadas depois do início da discussão, a crítica tecida ao modelo de democracia então vigente continua válida.

Benevides (1996) faz a crítica ao nosso sistema de ensino formal, trazendo a avaliação feita pelo filósofo francês Émile Chartier ao sistema de ensino francês, no qual havia "um ensino monárquico, ou seja, aquele que tem por objetivo separar os que serão sábios e governarão, daqueles que permanecerão ignorantes e obedecerão" (p. 224).

E completa com uma afirmação de Dewey (1928 *apud* BENEVIDES, 1996) de que em uma democracia não basta o governo da maioria, é preciso desenvolver em todos os seus membros a capacidade de pensar e participar da elaboração das políticas públicas.

No Brasil, com a redemocratização, diversos mecanismos e instrumentos de participação popular foram instituídos como conselhos, conferências, ouvidorias, orçamento participativo, audiências e consultas públicas, dentre outros. No entanto, a maioria das pessoas é desinformada, carecendo das informações mais essenciais ao exercício de sua cidadania. O que as tornam passivas e indiferentes, súditos perfeitos.

A diferença no acesso à informação entre as classes brasileiras é gritante e o nosso sistema educacional está estruturado para perpetuação das desigualdades educacionais enquanto reflexos das desigualdades sociais. O segmento populacional vulnerabilizado economicamente é o mesmo segmento desassistido educacionalmente e, não por coincidência, mas por herança do regime escravagista, esse é o retrato da população negra do país.

Assim, é uma minoria que detém o capital e se vale disso para apropriar-se dos conhecimentos políticos, científicos e tecnológicos, monopolizando os sistemas de produção e de informação de massa. Como colocou Macedo (2017, p. 74), "um potente filtro racial ainda está em funcionamento, de mãos dadas com o filtro econômico".

Conforme Benevides (1996, p. 226), a correção do paradoxo "Brasil legal e Brasil real" vai depender, necessariamente, do esforço educacional que, por sua vez, deve abarcar "a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis".

Desse modo, conforme a autora, em uma democracia, a educação pública deve fortalecer o povo perante o Estado e não o inverso, assim como a formação para a participação da vida pública deve ser estruturada em um processo dialógico e argumentativo, diferente da lógica da demonstração científica (BENEVIDES, 1996).

Eu digo que essa formação para a cidadania é um problema muito difícil, porque se trata de uma argumentação que não é apenas do ponto de vista lógico, científico, formal. É uma argumentação que passa pela ética, pela persuasão, pelo convencimento, ou seja, pela conquista dos corações e mentes. Não dá para fazer um trabalho desses só com um currículo, com textos que os professores de História ou Português vão trabalhar (BENEVIDES, 2000, *online*).

A escola tem um papel fundamental na organização coletiva do seu entorno. Deve assumir uma prática político-pedagógica não dominante, nem dominada; promover uma educação emancipatória e interdisciplinar, que possibilite uma visão global, mas que integre o indivíduo ao seu meio social (MORAIS; MORAIS, 2015).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN - BRASIL, 1998), que são as diretrizes norteadoras da prática pedagógica cotidiana, elaborados em 1998, a escola deve ampliar e aprofundar o debate de temas cotidianos, envolvendo pais, governos e sociedade. Deve permitir aos jovens o acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e necessários ao exercício da cidadania.

A ação escolar deve oferecer métodos em que os estudantes interajam com a sua realidade, opinem, coloquem-se, reivindicuem. Entretanto, isso exige um posicionamento ante a problemas fundamentais e urgentes da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de temas polêmicos (BRASIL, 1998). Um ponto importante colocado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental:

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão...Tradicionalmente, a formação dos educadores brasileiros não contemplou essa dimensão...Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época, essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo (BRASIL, 1998, p. 31-32).

Diante de expressivas mudanças pelas quais a sociedade e as escolas vêm passando, políticas de formação são constantemente requeridas para dar respostas às novas configurações nos cenários educacionais. Fruto da nossa herança pedagógica, delimitamos a formação como consequência das ações e dos dispositivos educacionais. Contudo, importante colocar que a formação não é “propriedade privada da pedagogia” (MACEDO, 2012, p. 68).

A formação passa pela compreensão de mundo de cada um/a que, por sua vez, deve levar ao despertar político de cada um/a sobre essa compreensão, ou seja, o processo de formação realizar-se-á através das experiências de aprendizagem significativas; quando, ao aprender, compreende-se com seus próprios pontos de vista aquilo que aprendeu (MACEDO, 2017). “Falemos em experiência e reflexão” (MACEDO, 2012, p. 71).

O autor reclama que o currículo não pode ficar acima da formação como experiência existencial e cultural de cada ser aprendente, até porque a formação, contrariando o currículo, não pode ser prescrita. Ele cita John Dewey para dizer que a experiência de quem aprende deve ser tomada como a preocupação central de qualquer ação educacional (MACEDO, 2017).

Desse modo, “as lutas sociais também são cenários pedagógicos nos quais os participantes exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação”, trazendo a possibilidade da decolonialidade epistemológica e ontológica (WALSH, 2013, p. 29 *apud* TENÓRIO; ARAÚJO, 2020, p. 894). Nesse mesmo sentido, Macedo (2017) afirma sobre sistema educacional brasileiro, que:

Há um impedimento funcionando em duas frentes que se realimentam: a cultura das práticas institucionais em educação, que não alcançam mudanças substanciais nas formações curriculares e a incapacidade das políticas públicas de efetivarem suas diretrizes de possibilidades emancipacionistas (MACEDO, 2017, p. 67).

### **3.2 Desafios na educação formal com a pandemia da COVID-19**

A educação, assim como a saúde e a economia, foi um setor diretamente afetado pela pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19). A necessidade de distanciamento social para conter a propagação do vírus estampou as fragilidades contidas no sistema público da educação básica brasileira.

Apesar de já vir sendo cogitado, inexistia, na rede pública de ensino, planejamento e recursos suficientes para o uso exclusivo de recursos tecnológicos e atividades remotas na condução das aulas. No entanto, essa demanda foi imposta pela pandemia e as/os professoras/es tiveram que dar conta.

Certamente, acreditávamos que para o trabalho ser feito, seria necessário que as escolas oferecessem suporte tecnológico e material para as/os professoras/es. Entretanto, em pesquisa desenvolvida pela equipe do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado), buscou-se conhecer as novas formas de atuação das/os professoras/es da educação básica para a realização das atividades remotas - uma parcela considerável das/os respondentes informou não ter recebido nenhum tipo de suporte para a realização das aulas (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020).

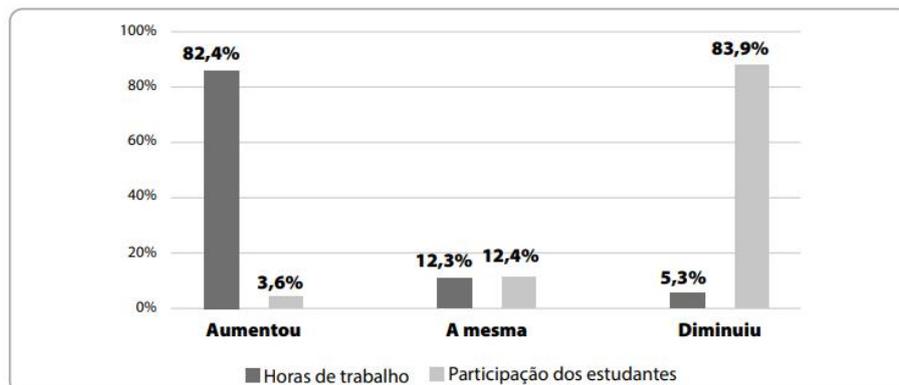
Junto a isso a falta de recursos tecnológicos, por grande parte das/os estudantes e até por algumas/ns professoras/es da rede pública de ensino municipal; a falta, em casa, de ambiente apropriado para as aulas remotas e a dependência de uma conexão razoável de internet comprometem o desenvolvimento do processo de ambos lados.

Para piorar, o ensino remoto exige uma maior concentração das/os alunas/os, mesmo as/os mais interessadas/os, e uma maior criatividade e dinâmica das/os professoras/es para prender a atenção do público (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020).

Conforme Gráfico 1, a pesquisa do Gestrado (2020) realizada com professores/as da educação básica das redes públicas estaduais e municipais, universo que abrange cerca de 1,7 milhões de profissionais, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, confirma que, com as aulas remotas, professores trabalham mais e estudantes aprendem menos.

Os resultados mostraram que a percepção da maioria das/os professoras/es foi de que houve um aumento nas horas de trabalho destinadas à preparação das aulas não presenciais. Contudo, afirmaram que as/os estudantes não possuem autonomia para acompanhar sozinhas/os os conteúdos e atividades de forma remota, assim, houve diminuição da participação das/os estudantes nessa forma de ensino.

**Gráfico 1 - Distribuição dos professores de acordo com a quantidade de horas de trabalho destinadas à preparação das aulas não presenciais e a participação dos estudantes nas atividades propostas**



Fonte: OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR (2020, p. 732).

Ademais, as políticas sociais que convergem com a educação, já vinham sofrendo desinvestimento devido à política de austeridade orçamentária imposta desde 2016, com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita o teto dos gastos públicos à variação da inflação, instituindo o Novo Regime Fiscal, que ficou conhecido também como “PEC da Morte”. Nesse contexto, a pandemia da Covid-19 evidenciou e aprofundou ainda mais o quadro das desigualdades sociais persistentes no Brasil. O governo federal mostrou-se negligente e incapaz de lidar com as demandas exigidas pelo cenário pandêmico.

Durante todo período de pandemia e suspensão das aulas presenciais, a Lei Federal nº 14.040/2020 e, posteriormente, a Lei Federal nº 14.218/2021 respaldaram as instituições escolares pela suspensão da obrigatoriedade de cumprirem o mínimo de dias letivos; pela aglutinação de duas séries ou anos escolares (*continuum curricular*) e pela autorização para o ensino remoto.

Ainda assim, ante todo exposto, as/os professoras/es não estiveram livres da pressão dos gestores públicos para resgatar o curso da normalidade e garantir o aprendizado a qualquer custo. Estes estavam preocupados em cumprir o programa curricular previsto para o êxito nas avaliações externas, em especial do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020).

Portanto, os anos 2020 e 2021 foram inusitados e difíceis para as/os professoras/es. Incertezas, inseguranças, limitações e cobranças desconstruíram as/os professoras/es de 2019 e em meio a tudo que a pandemia trouxe, professoras e professores tiveram que ser reconstruídas/os.

E por serem o público-alvo desta pesquisa, esses fatores interferiram decisivamente no desenvolvimento deste estudo. Primeiro, pela dificuldade de contato com as/os professoras/es, pois as escolas estavam fechadas para o público. Segundo, pela negativa dos professores em participar das rodas de conversa por conta da demanda de trabalho.

### **3.3 Educação fiscal como aprendizagem essencial**

Como já destacado, é imprescindível que o cidadão compreenda a função do Estado, o papel econômico e social do sistema tributário e dos orçamentos públicos. A educação fiscal apresenta-se como uma ponte entre o cidadão e esses saberes, tornando-se instrumento para uma cidadania ativa e crítica.

A política de educação fiscal é um braço da política fiscal que integra o conjunto das ações de capacitação para o exercício da cidadania (SOUZA T., 2015). Nas palavras de Pereira (2014, p. 5), “A educação fiscal deve criar um clima de reprovação social da fraude e evasão fiscais”.

Portanto, a educação fiscal nasce como uma política de Estado que visa incrementar a arrecadação, informando a população sobre orçamento público e função social dos tributos, para legitimar a repressão às fraudes e o incentivo à cidadania fiscal.

Como uma política nacional, a educação fiscal começou a ser discutida a partir da década de 80, por conta da crise econômica que atingiu os países da América Latina, em especial, o Brasil. O período foi marcado por baixa no crescimento econômico e aumento da dívida externa. Para assegurar o pagamento dos altos juros dessa dívida, organismos internacionais de crédito, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) indicaram a necessidade de reformas liberais para redução dos gastos públicos e abertura do país ao capital estrangeiro (GONÇALVES; POMAR, 2002).

Aponta-se também a necessidade de boa relação entre o fisco e a sociedade para o retorno qualitativo do pagamento dos tributos e, conseqüentemente, aumento de arrecadação. A partir de então, o governo começou a implementar políticas e programas para a propagação da ideia de que pagar tributo é ato de cidadania.

Em 1990, o Estado do Espírito Santo desenvolveu o projeto “Consciência Tributária – A Força do Cidadão”, apresentado em 1996 em uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em Fortaleza, onde ficou deliberado que o Brasil teria um Programa Nacional de Educação Tributária com intuito de ensinar nas escolas a função social do tributo e sua relação com a cidadania. Em 1998, o Ministério da Fazenda, através da Portaria nº 35, criou o Grupo de Trabalho em Educação Tributária (GET), para definir as diretrizes do programa (BRASIL, 2014).

Em 1999, a Escola de Administração Fazendária (ESAF) constituiu um marco referencial, instrumento orientador para implementação do Programa Nacional de Educação Tributária. O documento traz uma avaliação diagnóstica do nosso sistema tributário, onde constatou-se que a participação dos municípios na arrecadação nacional era pouco significativa, fato que indicava fragilidade dos municípios no desenvolvimento autônomo de políticas públicas, causado pelo distanciamento entre cidadãos e Estado (ESAF, 1999).

Em 2002, nascia oficialmente o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), por meio da Portaria Interministerial nº 413 do Ministério da Fazenda e Ministério da Educação. Na apresentação do programa, publicada no *Caderno 1: Educação fiscal no contexto social* (BRASIL, 2014), o PNEF visa interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, em uma abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e contextualizada, capaz de favorecer a participação social.

O programa se propõe a contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação; desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social e propugnar pela construção democrática e participativa de políticas públicas capazes de minimizar as desigualdades sociais.

O PNEF funciona de forma descentralizada, sob a coordenação do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GET) que tem a função de promover e coordenar as ações para um programa nacional permanente de educação fiscal e acompanhar as atividades dos Grupos de Educação Fiscal nos Estados (GEFE).

Cada estado ou município tem autonomia para instituí-lo de acordo com suas peculiaridades sociais, econômicas, culturais e disponibilidades orçamentárias, observando sempre as diretrizes nacionais, das quais cito aqui duas:

Desvinculação de logomarcas e mensagens que caracterizem determinada gestão governamental, eliminando assim a possibilidade de utilização do programa com objetivos político-partidários;

O material didático do PNEF deve estar em consonância com as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais, respeitando a autonomia das instituições de ensino (BRASIL, 2014, p. 41).

Visando atender a todos os brasileiros, o programa possui cinco áreas de abrangência: no módulo I - os estudantes do ensino fundamental; no módulo II - os estudantes do ensino médio; no módulo III - os servidores públicos; no módulo IV - a comunidade universitária e no módulo V - sociedade em geral.

Para formação dos disseminadores em Educação Fiscal, o PNEF oferece cursos na modalidade Educação à Distância (EAD) e material didático. Os cursos são gratuitos e estão disponíveis no *site* da Escola Virtual.Gov - EV.G. O material didático é formado por quatro cadernos com temáticas específicas do programa e estão disponíveis para *download* na página do repositório da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

No entanto, devido à descentralização do PNEF e à discricionariedade dos Estados para implementação dos seus programas, temos disparidades na oferta de informações sobre a educação fiscal em âmbito nacional.

Atualmente, dos 27 (vinte e sete) entes federados estaduais, apenas 15 (quinze) mantêm suas páginas do programa atualizadas, dificultando precisar o que está sendo feito. Os municípios também têm autonomia para instituírem seus programas de educação fiscal, sob orientação do grupo estadual, no entanto, as ações municipais ficam limitadas, na grande maioria, às capitais (CORDEIRO, 2021).

Dos Estados atuantes, merecem destaque os seguintes programas, conforme Quadro 3:

**Quadro 3 - Programas de educação fiscal ativos nos Estados, no ano de 2022**

<b>PROGRAMAS ATIVOS NOS ESTADOS</b>	
Programa de Educação Fiscal do Pará – PEFI-PA	Completo 21 anos e vem realizando oficinas de cidadania, com a parceria do Programa TERPAZ, destinada a estudantes e Comunidade do Território Icuí-Gujará.
Escola de Gestão Fazendária do Estado do Tocantins	Vem oferecendo formação em Educação Fiscal, na modalidade EAD, com carga horária de 60 horas, aberto ao público.
Programa de Educação Fiscal de Pernambuco	Completo 20 anos e vem realizando o programa de podcast Cidadaniacast.
Programa de Educação Fiscal de Goiás	Tem investido na realização de cursos a distância, na Plataforma Moodle e em Circuito de Lives, com periodicidade semanal, desde maio de 2020.
Unidade de Educação Fiscal – UNDEF, do Mato Grosso do Sul,	Lançou o concurso “Desenhando os caminhos dos tributos” – Uma nova história para a Educação Fiscal. O concurso é parte das ações do novo modelo de Educação Fiscal – MS que, financiado pelo Profisco II (linha de crédito concedida pelo BID aos estados e ao Distrito Federal), irá desenvolver material didático para levar conhecimento do fisco a toda população de maneira fácil e acessível.
Programa de Integração Tributária do Rio Grande do Sul	Disponibiliza bastante material didático e jogos infantis sobre a temática no seu site.
Programa de Educação Fiscal para a Cidadania de São Paulo	Site com muitos materiais informativos, podcast, jogos e palestras sobre Educação Fiscal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Alguns Estados têm dado ênfase apenas ao caráter arrecadatório do programa, com as campanhas de incentivo à exigência da nota fiscal.

Na Bahia, temos o Programa de Educação Fiscal - PEF-BAHIA, instituído pelo Decreto nº 7.505 de 18 de janeiro 1999, que cria a “Campanha Sua Nota é um Show” e apoia o “Projeto Educação Fiscal nas Escolas” (PEFE), desenvolvidos pelo Grupo de Educação Fiscal da Bahia (GEFE/BA). O PEFE estabelece:

Para a compreensão dos conteúdos tratados pela educação fiscal é necessário que os conhecimentos sejam vivenciados nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares como tema social contemporâneo, inseridos no projeto político pedagógico das escolas e trabalhados de forma integrada aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares (BAHIA, 2017, *online*).

Apesar de estar na vanguarda da instituição de um Programa de Educação Fiscal, o PEF-BA perdeu o fôlego, estando o seu sítio eletrônico sem atualização desde o ano de 2017.

Em julho de 2019, o CONFAZ publicou o Protocolo ICMS 44/19 (BRASIL, 2019b), dispendo sobre a manutenção e fortalecimento do Programa Nacional de Educação Fiscal, entendendo a relevância do PNEF por promover: à administração tributária, aproximação com a sociedade e incremento do cumprimento voluntário das obrigações tributárias; e à sociedade, compreensão da importância socioeconômica do tributo, participação e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Definiu também, conforme Ato COTEPE/ICMS Nº 48/2019 (BRASIL, 2019c), que as políticas do programa serão agora deliberadas pelo Grupo de Trabalho GT66, com representação em todos os Estados.

No âmbito internacional, em 2012, a então ESAF, associou-se ao Programa EUROsocial, buscando uma associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina, por entender que a coesão social se tornou um elemento de primeira ordem nas relações entre as diferentes regiões do globo (BRASIL, 2014).

Neste sentido, foi criada uma rede de colaboração com o intuito de fortalecer a troca de experiências e a partilha de conhecimentos para melhor utilização dos recursos sob uma estratégia conjunta para a educação fiscal. Atualmente, a Rede é composta por trinta e oito instituições da América Latina e da Europa (ARSÉNIO, 2014).

Em um estudo comparado, em Portugal, o Programa de Educação Fiscal pertence exclusivamente à Administração Tributária, embora conte com o apoio do Ministério da Educação. As primeiras ações do programa ocorreram em 2007 com uma exposição itinerante sobre os impostos e a criação da campanha “Peça a Factura”, incentivando os cidadãos a solicitarem a nota dos bens ou serviços adquiridos. Em 2014, como incentivo à administração fiscal, foi criada a campanha “Factura da Sorte”, tomando como modelo a “Nota Paulista” (ARSÉNIO, 2014, p. 76-77).

Para assegurar a sustentabilidade dos programas de educação fiscal para as futuras gerações é fundamental estabelecer parcerias e na América Latina tivemos grandes avanços nesse quesito. Na Argentina, onde o programa existe desde 1998, a educação fiscal já é trabalhada de forma obrigatória nos currículos escolares.

No Peru, o tema está incorporado nos níveis primário e secundário de ensino. Em El Salvador, desde o ano de 2009 foi estabelecida uma aliança entre os Ministérios da Fazenda e o Ministério da Educação. Na República Dominicana, foi coordenada a capacitação dos docentes e técnicos da Secretaria de Educação, para incluir conteúdos de Educação tributária nos níveis básicos e médios (RIVILLAS; VILARDEBÓ, 2010).

Voltando para o sistema educacional brasileiro, a educação fiscal está inserida nos temas transversais. Na prática educativa, a transversalidade diz respeito à relação entre os conhecimentos teoricamente sistematizados e os temas cotidianos, não para serem trabalhados paralelamente, mas inseridos nos conteúdos escolares (MENEZES E., 2001).

Inicialmente, os temas transversais foram apresentados, em 1998, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento normativo que orienta a prática docente. No entanto, nos PCNs a inserção dos Temas Transversais nos currículos não era obrigatória, apesar da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 07/2010, em seu art. 16, dispor a educação fiscal como tema relevante para a formação cidadã:

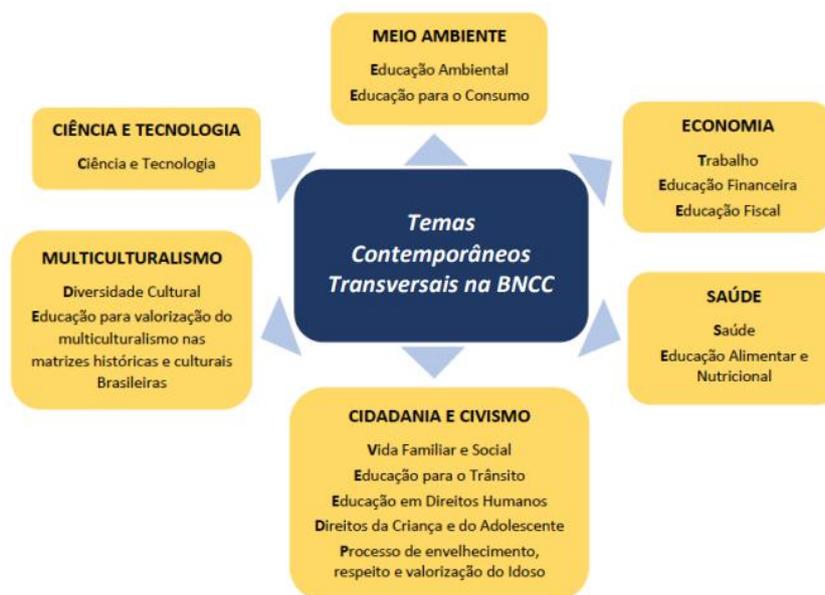
Art. 16. Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, (...) educação para o consumo, **educação fiscal**, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (BRASIL, 2010). (grifo da autora)

A partir de 2017, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esses temas foram ampliados para Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (Figura 1) e passaram a ser referências obrigatórias nos currículos e propostas pedagógicas brasileiras, pois são considerados aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos estudantes.

Para a BNCC, a transversalidade busca a ligação entre os diferentes componentes curriculares e as situações vivenciadas pelos/as estudantes em suas realidades de forma integrada, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento (BRASIL, 2019a).

Apesar da enorme relevância para a busca de uma sociedade mais justa, igualitária e ética, expandindo o ensino para além de conteúdos científicos, os TCTs ainda não tiveram a sua forma de implantação definida, o que incorre em uma má exploração desses temas.

**Figura 1 - Macroáreas temáticas dos Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**



Fonte: BRASIL, 2019a, p. 13.

Conforme Arsénio (2014, p. 57), para que os programas de Educação Fiscal tenham sucesso, é indispensável contar com aprovação, o apoio técnico e metodológico das secretarias da educação. Não há modo de “entrar na escola” se a “educação” não aceitar e valorizar os conteúdos e para isto é imprescindível a parceria.

Decerto, a educação fiscal prepara o indivíduo para compreender a atividade financeira do Estado, em especial, arrecadação dos tributos, propiciando o monitoramento e a fiscalização dos recursos arrecadados. Mas, antes de tudo, ela contribui para a democracia, formando cidadãos/os com posicionamento crítico frente à lógica capitalista de manutenção da miséria e da ignorância política.

Fazendo alusão ao conceito de gestão social posto por Tenório e Araújo (2020, p. 892), em tese, a educação fiscal contrapõe-se à gestão estratégica de arrecadação que o Estado executa, propondo uma “gestão participativa e dialógica”

na qual a decisão de alocação dos recursos públicos seja horizontalizada e compartilhada pelos sujeitos da ação.

### **3.4 Educação fiscal e/ou educação financeira: o que as diferencia em meios e fins?**

A atividade tributária não está circunscrita aos propósitos fazendários, ela carrega também a função social de oportunizar bem-estar e igualdade de acesso para toda população. Como já colocado, o tributo deve servir ao desenvolvimento de uma sociedade republicana e esse entendimento deveria estar cristalino aos tributados.

Acontece que, em um contexto de severas desigualdades sociais em que vive a população brasileira, essas informações não são difundidas, tampouco ensinadas no sistema educacional formal. Desse modo, como já foi dito, fica mais fácil tributar quando a população não sabe o que está pagando. Por exemplo, a maior parte da população não consegue associar o valor pago nas compras feitas no supermercado e a manutenção das escolas públicas do seu bairro.

Embora a tributação perpassa todo cotidiano das/os brasileiras/os e afete consideravelmente suas vidas, a população carece de (in)formação, conhecimento, e interesse para compreender o sistema de tributação que nos é imposto, uma vez que é interesse da classe dominante que isso ocorra deste modo.

A educação fiscal como tema transversal no currículo da educação básica pode contribuir para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito, por proporcionar a formação de jovens conscientes de seus direitos e deveres e despertados para o exercício de uma cidadania ativa.

A participação e controle social se desenvolvem em espaços públicos de diálogos e, por isso, devemos incentivar o posicionamento político da moçada em formação. São participações gestadas dessas “experiências públicas” que fazem nascer a cidadania ativa. Esse processo é, antes de tudo, pedagógico (PERES, 2020).

No entanto, nos últimos anos, assistimos ao apagamento da política de educação fiscal e a massiva disseminação da educação financeira em vários setores da sociedade e com aporte governamental, principalmente nas escolas, o que pôde

ser observado em conversa com as/os professoras/es de São Sebastião do Passé – BA.

Para a definição da educação financeira, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) coloca, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): a educação financeira é o processo pelo qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação às finanças, de maneira que possam desenvolver os valores e as competências para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos, fazendo escolhas bem informadas e contribuindo para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis e comprometidos com o futuro (ENEF, 2020).

A ENEF é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. Foi criada em 2010, por recomendação da OCDE, através do Decreto Federal nº 7.397/2010, juntamente com o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) formado por representantes do MEC e instituições reguladoras ligadas às atividades do mercado financeiro, responsável por coordenar a estratégia e definir planos e programas para a sua execução.

Em 2011, foi criada a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), encarregada de executar as ações ligadas às escolas de ensino fundamental e médio.

Em junho de 2020, foi instituída a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), através do Decreto 10.393. O Fórum veio substituir o Comitê Nacional de Educação Financeira, que mantém as mesmas atribuições, mas foi retirada a representação das instituições federais de ensino indicadas pelo MEC.

A nova ENEF traz como objetivo: contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEF, 2020).

O Fórum Brasileiro de Educação Financeira, instância responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF, é formado por oito órgãos e entidades de governo: Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência de Seguros Privados; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria de Previdência; Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

Secretaria Nacional do Consumidor e Ministério da Educação. Como patrocinador global, a ENEF apresenta o Banco Itaú, o Itaú Social e o Instituto Unibanco.

Nesse cenário de grande influência exercida pela OCDE e do direcionamento exercido pelo empresariado, a educação financeira desenha o *modus operandi* das reformas neoliberais na educação brasileira. Sobretudo, com a notória autoridade das grandes corporações e do seu *ethos* economicista sobre a vida da população (KRAWCZYK; OLIVEIRA, 2021).

As mudanças ocorridas, nos últimos anos, na política educacional do Brasil, como as reformas de currículos, o estrangulamento dos orçamentos das instituições de ensino e pesquisa, dentre outras, deflagram a outorga do projeto político educacional brasileiro para a hegemonia do capital.

Conforme Quadros e Krawczyk (2021), a demasiada influência empresarial na educação brasileira gerou projetos de lei como o 6.840/2013, que tentou reformular o ensino médio, alegando que o currículo vigente já não atendia as exigências do mercado.

Em 2016, esse projeto de lei encontrou guarida na MP746/2016, do governo Michel Temer, que trouxe um conteúdo semelhante à proposta de 2013. E que acabou por virar lei em 2017, Lei nº 13.415/2017. O movimento contou com o apoio da organização Todos pela Educação e do Instituto Unibanco (QUADROS; KRAWCZYK, 2021).

Importante destacar que essa lógica invadiu inclusive políticas sociais desenvolvidas pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse mesmo período, foi criado o programa “Programa Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida Financeira”, voltado para mulheres beneficiárias do também extinto Programa Bolsa Família.

O discurso era de trazer a educação financeira para famílias em situação de pobreza beneficiadas pelo referido programa, considerando-a como potencializadora do desenvolvimento e autonomia pessoal e familiar, a partir de um processo de escolhas informadas sobre a relação com a própria renda. O Futuro na Mão trabalhou com formação de multiplicadores atuantes nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) (REDE SUAS, 2022).

Tal estratégia mostra mais uma vez a perversidade em uma lógica financeira e fiscal com relação aos mais pobres. Ao que parece, a ideia era estimular os mais pobres a economizar o mínimo que já recebiam de um programa de transferência de

renda e estimular o empreendedorismo em uma lógica meritocrática que culpabiliza os pobres.

A avalanche de políticas neoliberais, decorrentes das críticas ao Estado de Direitos, principalmente aos custos das políticas sociais, traz novos valores sociais como o empreendedorismo e a pedagogia das competências. Essas ideologias, que se apresentam como conhecimentos prontos e necessários para impulsionar as novas gerações, invadem os currículos sob uma perspectiva empresarial.

Cobra-se da escola que agora ela deve adaptar-se para a formação de jovens ancorada na ótica empreendedora da inovação e dos investimentos futuros. “Uma educação focada na ‘resiliência de mercado’ compatível com um contexto social e econômico de supremacia da competitividade” (KRAWCZYK; OLIVEIRA, 2021).

Em meio à crise estrutural do capital, somado ao cenário de recessão econômica, onde 75% da população brasileira está endividada e 9% passam fome (JANONE, 2021), o projeto de educação do empresariado trabalha com o protagonismo juvenil conduzido por estratégias manipuladoras, fazendo com que as/os jovens acreditem que são as/os autoras/es do seu futuro.

A educação financeira é posta como um instrumento meritocrático e coloca a/o jovem como “calculador de suas oportunidades, autocapitalista” (QUADROS; KRAWCZYK, 2021, p. 17). Isso acaba inclusive por adoecer as/os jovens e justificar as relações de poder em uma sociedade desigual como a nossa.

A educação financeira, portanto, sem discutir aspectos estruturantes da sociedade brasileira, representa a instrumentalização da educação em favor das grandes corporações financeiras, na qual o mercado, além de traçar a métrica do desenvolvimento econômico, protagoniza o educador.

Embora previstas na BNCC para serem trabalhadas como temas transversais, a educação financeira tem sido a prioridade no panorama de reformas neoliberais propostas pelos últimos governos brasileiros. Já a educação fiscal, por apresentar-se na contramão do projeto político de Estado Mínimo, tem sofrido com um proposital esquecimento.

## 4 AS PERCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FISCAL DE DOCENTES E DISCENTES DOS ANOS FINAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FUNDAMENTAL EM SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA

*O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo.*

*Paulo Freire*

Nesta terceira parte da dissertação, contextualizo o campo de pesquisa; em seguida discorro sobre os percursos metodológicos adotados; apresento os dados da educação no município, colhidos na plataforma QEdU e, por fim, apresento e analiso os resultados da pesquisa de campo.

### 4.1 Contextualização do Campo da Pesquisa

São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia, era distrito do município de São Francisco do Conde, até 1926, e teve sua independência oficializada em 12 de outubro do mesmo ano, por meio da Lei Estadual nº 1870, de 19 de julho de 1926. Está situado na mesorregião Metropolitana de Salvador e microrregião de Catu, no Estado da Bahia.

Limitado pelos municípios de Candeias, Catu, Pojuca, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Mata de São João, Santo Amaro e Dias D'Ávila, tem população de 44.554 pessoas (IBGE, 2021) e possui quatro distritos: Lamarão do Passé, Nazaré de Jacuípe, Cinco Rios (Maracangalha) e Banco de Areia.

**Figura 2 - Localização de São Sebastião do Passé**



Fonte: <https://cualbondi.org/br/a/r362221/sao-sebastiao-do-passe/>

Tem a economia baseada na cultura da mandioca e na criação de bovinos, equinos e muares, além de atividades ligadas à extração do petróleo, desde a segunda metade dos anos 50 (LIMA, 2015).

Conforme levantamento do último Censo Demográfico, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é de 0,657 e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo era de 47.9%. Em 2019, a proporção das pessoas ocupadas no município era de apenas 15.2% da população total, apesar do salário médio mensal ser à época de três salários-mínimos (IBGE, 2021).

Quanto à autonomia financeira, apesar de toda receita ser gerada em âmbito municipal, assunto que não iremos tratar aqui, mas vale a pena pontuar, São Sebastião do Passé, como a maioria dos municípios brasileiros de mesmo porte, apresenta o índice 0,18 de geração de receita própria contra 1,00 de transferências intergovernamentais (MEU MUNICÍPIO, 2020).

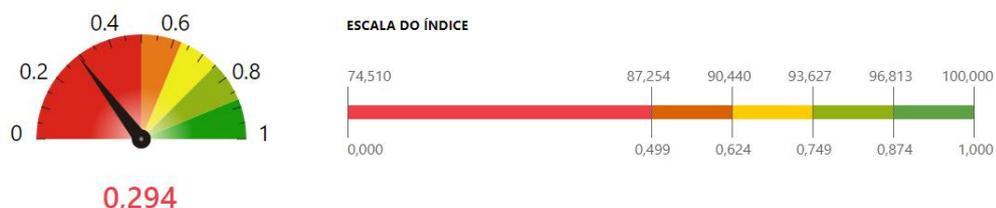
O índice mede o quanto o município arrecada de receitas geradas pela própria prefeitura para cada real recebido em transferências intergovernamentais. Quanto menor o indicador, maior é a dependência do município em relação aos recursos externos.

Na prática, a arrecadação de receita tributária per capita, em 2020, foi de R\$ 416,71 contra R\$ 2.709,16 investidos na prestação de serviços públicos por habitante (MEU MUNICÍPIO, 2020).

No quesito participação social, o IDMS<sup>8</sup> (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável), conforme o Gráfico 2, aponta para um padrão de baixa participação da população nos pleitos eleitorais.

O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável, construído pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território (CNM, 2020).

<sup>8</sup> “O índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional” (CNM, 2020).

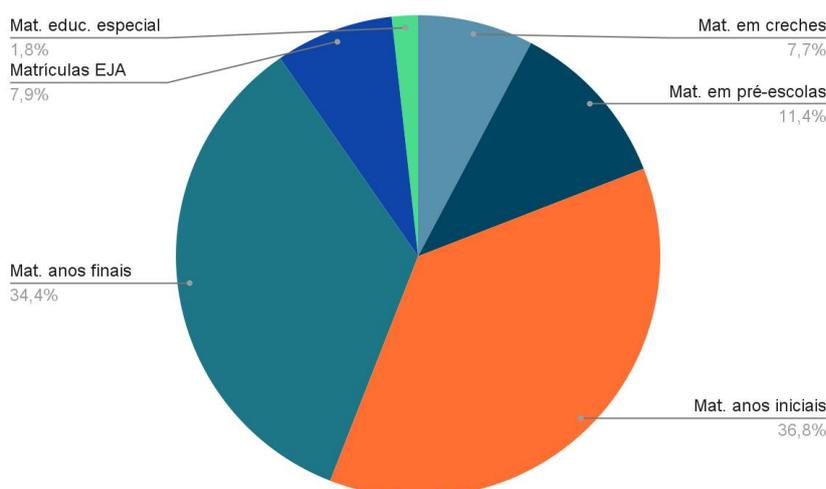
**Gráfico 2 - Participação eleitoral no ano 2020**

Fonte: CNM, 2020.

## 4.2 Dados da educação no município

A rede municipal de ensino de São Sebastião do Passé é, atualmente, formada por 32 escolas. 19 oferecem educação infantil e 26 oferecem ensino fundamental. Quanto à distribuição por localidade, 11 escolas estão na área urbana e 21 escolas estão na zona rural.

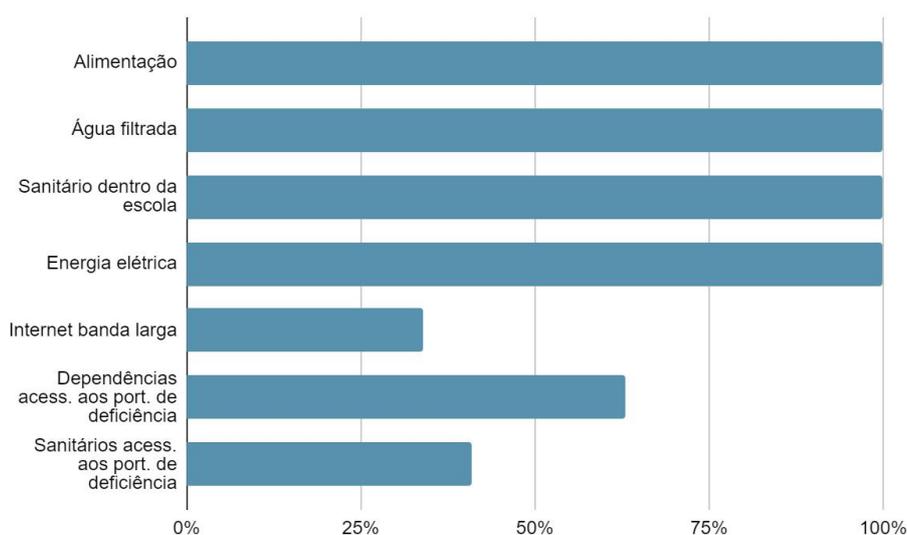
No ano de 2020, o município contou com 298 professoras/es, sendo 120 professores do ensino fundamental, anos finais. Teve um total de 5.783 estudantes matriculados, 2.251 nos anos iniciais e 2.104 nos anos finais. No Gráfico 3 é possível visualizar a distribuição das matrículas por segmento.

**Gráfico 3 - Distribuição de matrículas por segmento ano 2020**

Fonte: QEdU, 2020.

Quanto à infraestrutura, conforme demonstrado no Gráfico 4, as escolas apresentam condições razoáveis de atendimento aos estudantes. Com dados coletados no quesito “Recurso e Infraestrutura” do questionário Saeb 2019, 86% dos/as professores/as declararam inadequada a temperatura das salas de aula e 57% declararam inadequada a infraestrutura (parede, teto, piso, porta) das salas.

**Gráfico 4 - Infraestrutura das escolas do município**



Fonte: QEdU, 2020.

No tocante ao desempenho escolar, a educação básica brasileira é monitorada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que consiste em testes e questionários aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada.

O Saeb permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizar o diagnóstico da educação básica e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante, oferecendo subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais.

Desde 2019, a avaliação contempla também a educação infantil, ao lado do ensino fundamental e do ensino médio. O sistema também englobou a prova Brasil, teste de língua portuguesa e de matemática, e, desde então, representa o conjunto de avaliações da Educação Básica.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho dos exames padronizados e utiliza uma escala que vai de 0 a 10, quanto maior a nota, maior o aprendizado.

**Quadro 4 - IDEB 2019 São Sebastião do Passé**

<b>ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS (1º ao 5º ano)</b>		
Aprendizado em português e matemática (Prova Brasil)	Fluxo escolar (Representa a taxa de aprovação dos alunos)	IDEB observado
<b>5,91</b>	<b>0,94</b>	<b>5,5</b>
Proporção de alunos que aprenderam o adequado em: Português, 5º ano 55% Matemática, 5º ano 34%	A cada 100 alunos, 6 não foram aprovados	Meta 2019 - 5,0
<b>ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS (6º ao 9º ano)</b>		
Aprendizado em português e matemática (Prova Brasil)	Fluxo escolar (Representa a taxa de aprovação dos alunos)	IDEB observado
<b>4,46</b>	<b>0,84</b>	<b>3,8</b>
Proporção de alunos que aprenderam o adequado em: Português, 9º ano 21% Matemática, 9º ano 5%	A cada 100 alunos, 16 não foram aprovados	Meta 2019 - 4,4

Fonte: QEdU, 2020.

Conforme o Quadro 4, o desempenho apresentado pelo segmento “anos iniciais” no município supera o Estado da Bahia no índice aprendizado: 5,49, e no Ideb: 4,9, aproxima-se dos índices nacionais, aprendizado: 6,02 e do Ideb: 5,7, além de superar a meta do Ideb projetado para 2019 e estar próximo da meta projetada para o Ideb 2021.

A meta do Ideb para o Brasil até 2021 é de 6,0, patamar educacional que corresponde aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Já o segmento “anos finais”, público-alvo desta pesquisa, apresenta um percentual de aprendizado muito abaixo do percentual atingido nos anos escolares que antecedem, principalmente em matemática.

E conseqüentemente, tem um número maior de reprovações, além de ficar seis pontos percentuais abaixo da meta projetada para o ano 2019 e distante da meta estipulada para o Brasil no ano de 2021. No entanto, o baixo aprendizado nos anos finais do ensino fundamental é um problema nacional como podemos observar na Tabela 2.

**Tabela 2 - Comparação do percentual de estudantes com aprendizado adequado em São Sebastião do Passé, na Bahia e no Brasil**

		Português 5º ano	Matemática 5º ano	Português 9º ano	Matemática 9º ano
	São Sebastião do Passé	<b>55%</b>	<b>34%</b>	<b>21%</b>	<b>5%</b>
	Bahia	<b>41%</b>	<b>30%</b>	<b>23%</b>	<b>9%</b>
	Brasil	<b>55%</b>	<b>45%</b>	<b>33%</b>	<b>17%</b>

Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Do questionário Saeb 2019, nas 128 perguntas respondidas por 32 professores/as do município de São Sebastião do Passé, selecionamos, no Quadro 5, algumas informações sobre o perfil profissional dos/as respondentes, pertinentes ao estudo:

**Quadro 5 - Perfil dos professores das escolas municipais de São Sebastião do Passé**

50%	Trabalham como professor/a há mais de 20 anos;
55%	Trabalham em apenas uma escola;
82%	Têm vínculo efetivo com o município;
73%	Declaram-se satisfeitos/as com o trabalho de professor/a;
96%	Discordam que a profissão de professor/a seja valorizada pela sociedade;
54%	Discordam que as vantagens de ser professor/a superam claramente as desvantagens;
73%	Declararam estar sempre estudando quando não estão trabalhando;
45%	Trabalham mais de 40 horas semanais;
100%	Declararam-se preparados/as para aplicar diferentes metodologias de ensino;

55%	Declararam-se razoavelmente preparados/as para relacionar as outras áreas do currículo com a área que leciona;
86%	Declararam-se preparados/as para usar novas tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica;
42%	Realizaram pelo menos um curso de aperfeiçoamento de 180 a 360 horas, em 2019;
43%	Cursaram uma pós-graduação (33% sem apoio e 10% com o apoio total da secretaria de educação);
100%	Não cursaram nem mestrado, nem doutorado;
92%	Declararam que as atividades formativas e cursos realizados contribuíram para aprimorar as metodologias de ensino;
86%	Declararam que as atividades formativas e cursos realizados contribuíram para a utilização de novas tecnologias na sala de aula;

Fonte: Microdados SAEB/INEP 2019<sup>9</sup>.

Do questionário Saeb 2019 é possível inferir um quadro profissional bastante positivo para a educação do município, contando com professores, na sua maioria, efetivos, com experiência na docência e que estão satisfeitos com a profissão, apesar de considerarem o magistério desvalorizado pela sociedade.

Em 2019, grande parte dos profissionais já se consideravam preparados para o uso de novas tecnologias nas suas práticas pedagógicas. E declaram-se também razoavelmente aptos para trabalharem temas transversais.

O Colégio Municipal Dr. João Paim, campo selecionado como caso em duas das etapas dessa pesquisa, foi criado em 1961 e desde outubro de 2019 integra o Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar (SECPM). Está localizado na zona urbana do município e atende ao segmento do ensino fundamental, anos finais, exclusivamente. De acordo o Censo Escolar 2020 (INEP), o Colégio efetuou 870 matrículas do 6º ao 9º e contou com 34 professores.

Para o Ideb 2019, a média alcançada foi de 3,8, abaixo da meta prevista que era de 4,2. Com isso a escola ocupa situação de alerta por não alcançar a meta prevista para a escola desde 2011, conforme Gráfico 5:

<sup>9</sup> Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/questionarios-saeb/professores/2929503-sao-sebastiao-do-passe>.

Gráfico 5 - Evolução do Ideb Colégio Municipal Dr. João Paim



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019)

O indicador de fluxo foi de 0,86, o que significa dizer que de cada 100 alunos, 86 foram aprovados. Com base no SAEB 2019 (Prova Brasil), a proficiência em português e matemática do 9º ano, 20% e 2%, respectivamente, apresenta-se muito baixa. O índice mede a proporção de alunas/os que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos e resolução de problemas até o 9º ano (QEdu, 2019).

#### 4.3 Percorso Metodológico

A pesquisa realizada foi um estudo de cunho exploratório e com abordagem quanti-qualitativa. No delineamento do estudo foi definido o tema, os objetivos, o *locus*, o recorte temporal e elaborada a pergunta de pesquisa. Estabelecida a direção, passou-se ao levantamento do referencial teórico por meio de revisão bibliográfica para embasamento sobre o tema.

As buscas pelo referencial teórico ocorreram nas plataformas Scielo, banco de teses da Capes e repositórios das instituições federais de ensino e pesquisa. Para as buscas utilizou-se as palavras: educação fiscal; cidadania fiscal; participação social; cidadania ativa; educação financeira; educação para democracia; Sistema Tributário Nacional; temas transversais e educação na pandemia da covid-19.

Em seguida, iniciou-se a busca e a análise do arcabouço normativo sobre o tema, desde as discussões iniciais do PNEF. Nas etapas de desenho e redesenho da pesquisa, foram definidos dois métodos de coleta de dados:

a) dados secundários, por meio da base de dados QEdu,<sup>10</sup> plataforma que consta dados do ensino da rede pública e privada dos municípios brasileiros;

b) dados primários, por meio da realização de três atividades de pesquisa de campo:

I. roda de conversa com as/os professoras/es;

II. realização de oficinas com as/os estudantes dos 9º anos;

III. survey<sup>11</sup> com aplicação de questionários com professores e estudantes das escolas municipais de ensino fundamental, anos finais.

Foi utilizada a técnica de amostragem por conveniência devido às circunstâncias em que a pesquisa foi realizada. Ou seja, o quantitativo de participantes da pesquisa não foi selecionado por critério estatístico, mas por disponibilidade/vontade em participar.

Iniciada a etapa da coleta dos dados secundários, foram levantadas e analisadas as informações quantitativas e qualitativas da educação básica, em especial, dos anos finais do ensino fundamental, no município de São Sebastião do Passé.

A escolha da Plataforma QEdu se deu por facilidade de acesso, disponibilidade e vastidão de informações atualizados da educação dos municípios brasileiros em um só banco de dados.

Para a análise dos dados da educação do município colhidos na plataforma QEdu foi utilizado o método de análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), organizado em três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados: inferência e interpretação (BARDIN, 2016, p. 125-132).

Inicialmente, para a etapa da coleta dos dados primários (projeto submetido ao Comitê de Ética), foi pensado em utilizar a técnica de grupo focal, em 2 (dois) encontros, via Google Meet, compostos apenas por professoras/es. Em cada encontro estaria presente um/a professor/a de cada disciplina ministrada do 6º ao 9º ano, perfazendo 2 (dois) grupos com 8 (oito) docentes cada.

<sup>10</sup> QEdu.org, startup da Fundação Lemann que fornecem dados da educação básica do Brasil, fundada em 2012.

<sup>11</sup> Survey é um método de pesquisa que visa descrever, explicar e/ou explorar características de uma população por meio de uma amostra estatisticamente extraída, na qual os resultados da pesquisa são generalizados para toda a população da amostra pertencente (DUARTE, 2010).

O critério de seleção das/os participantes seria por disponibilidade e interesse das/os profissionais e o contato seria mediado pela Secretaria de Educação do Município - por conta da suspensão das atividades presenciais nas escolas, causada pela pandemia da Covid-19 - que informaria o e-mail e/ou telefone das/os interessadas/os para agendamento dos encontros, em dia e horário propício.

No entanto, percebeu-se, em uma leitura mais aprofundada da técnica, que o grupo de participantes selecionado poderia não dispor de uma das características necessárias ao sucesso da coleta, o conhecimento prévio do assunto tratado na pesquisa.

Assim, devido ao risco das/os professoras/es não conhecerem sobre a educação fiscal, o que inviabilizaria o grupo focal, a técnica de coleta de dados foi substituída pela roda de conversa. Por caracterizar um espaço de formação, na roda o/a professor/a iria conhecer e debater o assunto e pelas características semelhantes das técnicas, o formato do grupo de participantes foi mantido.

A conversa é um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo, muda caminhos, forja opiniões, razão por que a Roda de Conversa surge como uma forma de reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado para a pesquisa na área de educação (MOURA; LIMA, 2014, p. 98).

Após três meses de análise pelo Comitê de Ética da UFRB, o processo foi aprovado sob nº 49022121.9.0000.0056 e a etapa de coleta dos dados primários foi iniciada. O primeiro passo foi entrar em contato com a Secretaria de Educação do Município (SEDUC), encaminhando e-mail, apresentando o projeto e o termo de anuência da prefeitura como coparticipante da pesquisa.

O e-mail tinha o objetivo de solicitar intermediação no contato com os diretores/as das escolas de ensino fundamental, anos finais, já que as atividades nas unidades escolares estavam suspensas, como já mencionado.

Não recebendo resposta via e-mail, foi agendado comparecimento na secretaria e lá foi feita nova solicitação. Alguns dias depois, foram disponibilizados os contatos telefônicos das/os sete diretoras/es das escolas.

Foram enviadas mensagens, via *Whatsapp*, para todos/as, apresentando o projeto e convidando/solicitando a participação de dois professores. Na mensagem foi explicado que a participação dos/as professores/as na pesquisa se daria por meio de duas rodas de conversas agendadas em comum acordo e que nestas seria

tratado sobre educação fiscal e que elas/es contribuiriam para a construção de uma tecnologia educacional para inserção da educação fiscal como tema transversal no ensino fundamental, anos finais, da rede pública municipal de São Sebastião do Passé.

Das sete escolas, duas solicitaram o envio das informações por e-mail e disponibilizaram os endereços eletrônicos. Foi enviado, mas, não obtive resposta. Uma solicitou comparecimento na escola, em dia combinado, para mais explicações. As quatro restantes ficaram de conversar com os/as professores/as e retornar o contato, mas não aconteceu.

Quanto à escola que solicitou o comparecimento, no dia combinado, foi realizada uma reunião com o diretor, duas coordenadoras pedagógicas e uma professora. Foi conversado sobre a educação fiscal e sobre o projeto, as professoras elogiaram o trabalho, mas, declararam-se impossibilitadas de participar por conta das demandas do ano letivo atípico, devido à pandemia. Ao final, indicaram um funcionário da secretaria para representar a escola, que se mostrou bastante receptivo à proposta.

Quinze dias após o contato com os/as diretores/as, por mensagem telefônica, a coordenação pedagógica do município solicitou meu comparecimento à secretaria de educação para repassar as justificativas enviadas pelas escolas. Então, foi comunicado pela coordenação que os/as professores/as alegaram a impossibilidade de contribuir com a pesquisa devido à sobrecarga de trabalho do ano letivo de 2021.

Situação compreensível ante a informação de que o ano letivo 2021 funcionou como dois em um, por ter abarcado os conteúdos das séries matriculadas para o ano letivo 2020 suspenso (*continuum* curricular), além dos desafios enfrentados pelos/as professores/as para adequação ao modo das aulas remotas.

Contudo, na tentativa de não inviabilizar a pesquisa, uma das coordenadoras pedagógica do município vislumbrou a possibilidade de contato com os/as professores/as através das reuniões de Atividade Complementar (AC) das escolas. Para isso entrou em contato com as escolas e conversou a possibilidade da participação da pesquisadora no AC.

Dois dias depois, via mensagem telefônica, foi passado o contato da coordenadora pedagógica do Colégio Municipal Doutor João Paim, que me permitiu a participação na reunião de AC da escola.

A Atividade Complementar (AC) é o momento em que as/os docentes se reúnem para planejar e organizar as atividades que serão, periodicamente, realizadas, tanto na forma individual ou coletiva.

Em razão da necessidade de iniciar a pesquisa antes do término do período letivo 2021 e pelo receio de não encontrar professoras/es com disponibilidade para participar, foi conversado, orientador e orientanda, e decidido pela mudança no delineamento da pesquisa.

A roda de conversa, que antes seria realizada com as sete escolas, ocorreu em apenas uma, no Colégio Municipal Doutor João Paim. A partir das informações coletadas na roda, seria elaborado um questionário, utilizando a escala Likert para captar as percepções dos professores das outras escolas.

Devido aos desdobramentos da roda de conversa com as/os professoras/es, a pesquisa teve a etapa de coleta de dados primários novamente redesenhada. Assim, foi inserida uma segunda atividade de pesquisa de campo: oficinas sobre o tema da educação fiscal, realizadas com as/os estudantes do 9º ano do Colégio João Paim.

A terceira e última atividade da coleta dos dados primários foi realizada por questionários online, elaborados através da plataforma GoogleForms. Os questionários foram divididos em 3 etapas: a primeira, contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ao final foi solicitado a concordância ou não em participar da pesquisa; a segunda, designada como Seção I - O perfil socioeconômico, com predominância de variáveis qualitativas nominais; a terceira, Seção II - A importância da Educação Fiscal e da formação, com proposições embasadas na roda de conversa e nas oficinas de educação fiscal; por fim havia o agradecimento pela participação na pesquisa (ver questionário Apêndice A)

O questionário das/os docentes contou com 28 perguntas, 12 na seção I e 16 na seção II. O questionário das/os discentes contou com 18 perguntas, 8 na seção I e 10 na seção II; para as respostas foi utilizada a escala Likert em 5 pontos de discordância/concordância e um ponto central de indiferença. Ambos foram elaborados usando o GoogleForms.

Após elaborados, os instrumentos foram pré-testados por duas professoras e dois estudantes, mas moradores de municípios não abrangidos pela pesquisa, e, diante do “ok”, os dados foram descartados. Após ajustes, os questionários foram

disponibilizados para professores e estudantes, por meio de pedido enviado as/os diretoras/es das 7 escolas alvo da pesquisa, via WhatsApp.

Importante lembrar que, por conta da pandemia causada pela Covid-19, não foi possível contato direto com os/as professores/as. Assim, a Secretaria de Educação do Município, cedeu os contatos telefônicos das/os 7 diretoras/es das escolas, que compartilharam os formulários online nos grupos WhatsApp dos/as professores/as e estes/as, por sua vez, ao seu alunado. Os instrumentos estiveram acessíveis para professoras/es e estudantes, por um período de 45 dias.

A *survey* teve o objetivo de buscar as percepções de professoras/es e estudantes sobre a importância da educação fiscal para a formação. O município atualmente conta com um universo de 120 professoras/es e 2.104 estudantes do fundamental, anos finais. Conseguimos alcançar 19 professoras/es e 57 estudantes. Desse modo, para o tratamento dos dados colhidos foi realizada uma análise descritiva simples, com amostra não probabilística, por conveniência.

#### **4.4 As primeiras percepções dos docentes sobre o tema da educação fiscal**

Nesta seção serão apresentados os resultados da roda de conversa ocorrida no AC do Colégio Doutor João Paim, no dia 18.10.2021, pela plataforma *Google Meet*.

O material colhido nesta etapa foi analisado e discutido usando a técnica da análise de enunciação, técnica que se assenta na concepção de que o discurso não é um produto acabado, mas, um momento em um processo de elaboração com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências e de imperfeições (BARDIN, 2016). Situação evidente nas falas de uma roda de conversa, na qual percebo que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação.

A roda de conversa que, inicialmente, tinha o objetivo de convidar as/os professoras/es para participar da construção de uma tecnologia de formação em educação fiscal, acabou por coletar as percepções dos/as professores/as sobre a temática.

Neste dia, o AC foi dividido em dois momentos: no primeiro, na forma convencional, entre os/as professores/as da escola e no segundo momento, fui convidada a entrar na sala virtual para falar sobre a pesquisa.

Desse momento, participou a coordenadora pedagógica, 9 professoras e 1 professor. A reunião durou cerca de 50 minutos e solicitei permissão para gravar o áudio pelo celular, explicando que seria usado na pesquisa.

No formato remoto, não foi possível mensurar a receptividade do/as participante/s ao tema, pois apenas 4 participantes manifestaram-se verbalmente durante a conversa e apenas 3 tinham câmeras abertas. Das pessoas que fizeram alguma colocação, ficou evidente a confusão do tema educação fiscal com a educação financeira. Inclusive, fui apresentada como alguém que falaria sobre a educação financeira.

Isso reforça o posicionamento trazido por Krawczyk e Quadros (2021), de que o projeto de educação do empresariado invadiu as escolas com conhecimentos prontos e se coloca como urgente e necessário para impulsionar a nova geração. Tem sido, como veremos adiante, o segundo tema de maior capacitação das/os professoras/es.

Inicialmente, foi colocada uma breve concepção sobre a educação fiscal e do que tratava o projeto. Em seguida, foi solicitado esclarecer a diferença entre os dois programas e foi posto a educação fiscal como um projeto político-pedagógico que visa informar as/os cidadãs/os a respeito da tributação, do orçamento público e incentivar a participação e o controle social. Enquanto a educação financeira como um projeto político-pedagógico que visa instruir as/os cidadãs/os a gerir sua renda pessoal.

Surgiram então, por parte de uma das participantes, alguns questionamentos:

A diferença entre a educação fiscal e a educação financeira você já colocou pra gente... E o dinheiro desse tributo, Qual é o destino dele? Acho importante que os alunos saibam. Para que serve? A gente tem que pagar, não é? Mas esse dinheiro vai para onde? É investido em que? Como é que a gente (como é que se diz?) fiscaliza esse dinheiro? São questionamentos importantes, que a gente precisa levar para esse educando e até para a gente também né? Pra gente estar questionando (Professora A).

Foi respondido que é justamente essa a finalidade da educação fiscal, trazer todas essas questões de gestão dos recursos públicos para serem discutidas nas aulas porque as/os jovens não podem ficar indiferentes à gestão do dinheiro público.

Em um segundo momento, foi discutido de que forma esses conteúdos poderiam ser trabalhados e foram levantadas ideias para a confecção de um material didático, algo tipo uma cartilha, mas que fosse interativa e com jogos, para

que as/os estudantes tivessem contato com a temática. Até que uma das professoras fez um “apelo”:

Eu só faço assim um apelo.... pelo amor de Deus.... esse projeto não estende assim o professor.... porque tá difícil, viu!? Tantos projetos... A gente tá agora praticamente em novembro, dezembro encerra e são coisas e mais coisas e não tem como a gente dar conta. As vezes a gente vai, coloca o olhar naquele projeto e esquece o mais importante que é aquele período que a gente tem que fazer a prova, fechar a nota. Só algo assim como mais light que o professor fique ali como... lógico a gente vai estar aqui dando apoio, sugestões, mas que fique ali como figurante, mas pra dar aquele apoio pra ti, no seu projeto e não aquela parte mesmo prática de ... porque não é nem resistência e nada disso, é porque tá muito complicado” (Professora B).

Após manifestações de concordância com a fala da professora B, pelo *chat*, foi sugerido que a própria pesquisadora deveria ter um momento com o alunado para apresentar-lhes o tema e colher as informações necessárias para a elaboração do material proposto.

A partir de então, começamos a buscar alternativas que viabilizassem esse contato. Depois de levantadas algumas possibilidades de sábados letivos, recorte de turmas e áreas, o professor que participava da reunião sugeriu que o trabalho fosse feito com as turmas do 9º ano porque a maioria dos estudantes já trabalhava, estava prestes a ingressar no ensino médio e “têm buscado sua independência, enfim” (Professor C).

Concluiu sua fala disponibilizando para a pesquisa uma aula sua em cada turma do 9º ano. O professor se comprometeu também a incentivar as 4 turmas de 9º ano que o colégio possuía no ano de 2021 a participar do projeto.

Todas, novamente em manifestação no chat, concordaram e o desafio foi aceito por mim. O professor ficou de entrar em contato comigo para informar as datas em que a atividade seria realizada. Assim, foram feitas as considerações e os agradecimentos finais e me retirei da reunião.

Ao término da roda de conversa, foi possível concluir que as/os professoras/es do Colégio não estavam familiarizadas/os com a educação fiscal e a confundiam com a educação financeira; que apesar do desconhecimento do tema e da pouca participação efetiva, não houve recusa ou manifestações contrárias à proposta de inserção da educação fiscal como conteúdo a ser trabalhado na escola.

Como ponto fundamental da coleta, trago as declarações do/as professor/as de que não tinham condições de participar da pesquisa, propiciando, como contribuição e apoio, o contato da pesquisadora com as turmas do 9º ano do Colégio.

Aqui destaco dois pontos: a) as dificuldades enfrentadas pelas/os docentes para se adequar aos desafios trazidos pela pandemia; b) o desconforto para trabalhar um tema desconhecido, apesar de estar nos PCNs e na BNCC, por conta do processo de apagamento sofrido pela política de educação fiscal por parte dos últimos governos brasileiros.

Desta feita, por conta desse primeiro resultado na coleta dos dados primários, um novo enfoque e um novo percurso metodológico foram traçados para a pesquisa. O problema de pesquisa proposto inicialmente era: qual a estratégia educacional adequada para inserção da educação fiscal como tema transversal na educação fundamental da rede pública de ensino de São Sebastião do Passé? E o objetivo geral era propor uma tecnologia educacional para inserção da educação fiscal como conteúdo/tema transversal no ensino fundamental, anos finais, da rede pública municipal de São Sebastião do Passé.

Como não havia possibilidade de êxito sem a participação dos professores, a pesquisa passou a ser norteadada pela indagação: quais as percepções dos professores e dos estudantes do ensino fundamental, anos finais, sobre a educação fiscal como conteúdo transversal nas escolas de São Sebastião do Passé?

E como objetivo geral foi proposto analisar as percepções de professores e estudantes do ensino fundamental, anos finais, em São Sebastião do Passé, sobre a importância da educação fiscal como conteúdo para a formação.

#### **4.5 As primeiras percepções dos discentes sobre o tema da educação fiscal**

O contato com os estudantes do 9º ano do Colégio Doutor João Paim aconteceu pelo *Google Meet*, em formato de oficinas, com duração entre 40 e 50 minutos, nos dias 25 e 27.10.2021 e teve como objetivo perceber o grau de conhecimento e a receptividade dos/as estudantes sobre a temática.

Conforme combinado na roda de conversa, o professor da disciplina Técnicas de Redação esteve no decorrer da oficina prestando apoio no compartilhamento das atividades e incentivando os/as estudantes a participarem do diálogo. As turmas

possuíam entre 10 e 15 estudantes, todos/as com as câmeras fechadas, mas participando sempre que estimulados/as.

Como recurso metodológico para o bate-papo, utilizou-se de uma aula expositiva, com apresentação em *slides* ilustrando o tema, duas atividades lúdicas e uma enquete ao final para proporcionar mais interação sobre a temática. O roteiro seguido foi o mesmo para as quatro turmas e estava dividido em 2 blocos: inicialmente, foi apresentada a proposta e o objetivo da educação fiscal, falou-se da diferença entre educação financeira e a educação fiscal e sobre o que são tributos, quem paga e para que servem.

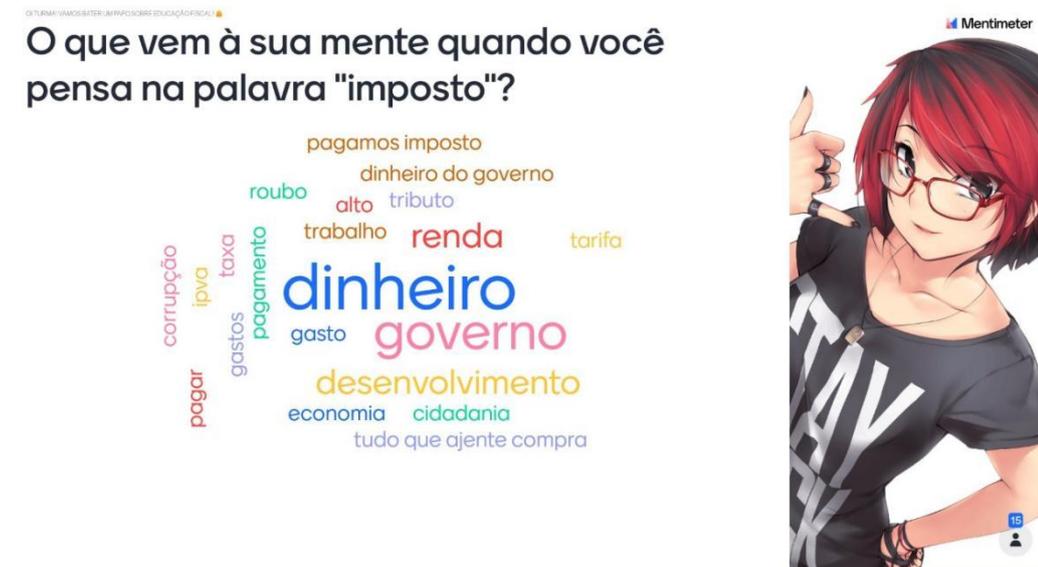
O primeiro bloco foi fechado com a elaboração de uma nuvem de palavras, *online*, pela plataforma *Mentimeter*. Com o auxílio do professor, foi disponibilizado o *link* de acesso à plataforma onde as/os estudantes se deparavam com o questionamento (Figuras 3, 4, 5 e 6) e tinham três oportunidades/possibilidades de colocar suas percepções da palavra “imposto”.

**Figura 3 – Palavras que representam as percepções iniciais dos/das estudantes do 9º ano “A” sobre o que é imposto**



Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 4 – Palavras que representam as percepções dos/das estudantes do 9º ano “B” sobre imposto**



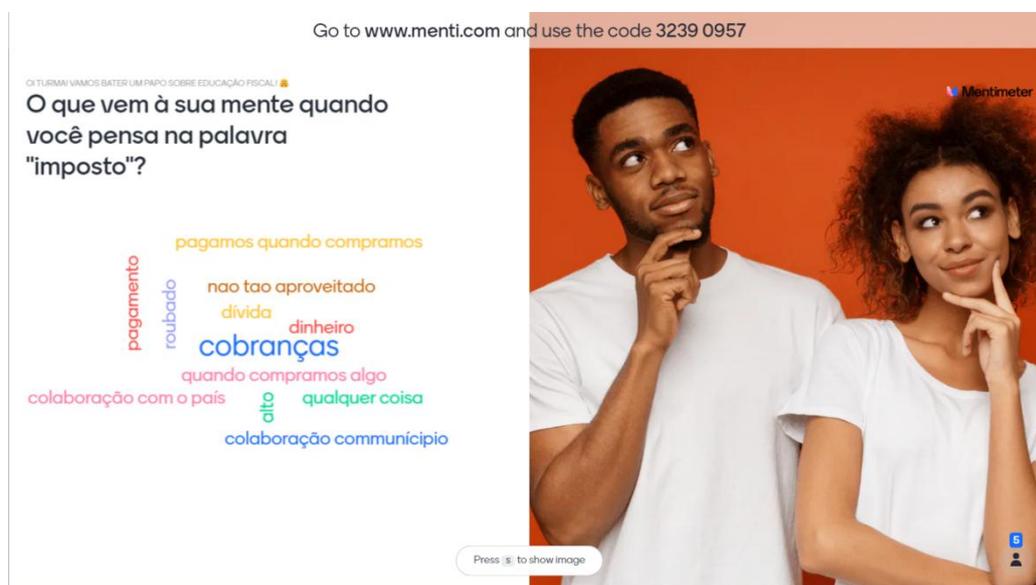
Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 5 – Palavras que representam as percepções dos/das estudantes do 9º ano “C” sobre imposto**



Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 6 – Palavras que representam as percepções dos/das estudantes do 9º ano “D” sobre imposto**



Fonte: resultado da pesquisa

Com as nuvens de palavras foi possível perceber que as turmas do 9º ano têm a percepção de que imposto é “dinheiro” pago ao governo e que o pagamento é compulsório, ideia representada com as palavras “deveres”, “obrigação”, “cobrança”, “pagamos quando compramos algo”.

Apresentaram também a concepção do imposto como “contribuição”, “recurso”, “desenvolvimento”, “cidadania”, “manutenção das escolas”, “colaboração com o país e com o município”, “assegurar” e “saneamento básico”. Mas não deixou de aparecer o descontentamento e a desconfiança nas palavras “desonestidade”, “roubo”, “corrupção”, “alta” e “não tão aproveitado”.

No segundo momento, foram abordados os temas: orçamento público; orçamento participativo; relação entre os recursos públicos e os direitos sociais; função social do tributo; cidadania fiscal e controle social. Fechou-se o segundo bloco com um jogo *on-line* sobre o tema educação fiscal.

O jogo utilizado foi um quiz do aplicativo *Kahoot* onde, novamente, com o auxílio do professor foi disponibilizado o *link* de acesso à plataforma e as/os estudantes respondiam às perguntas expostas na tela de apresentação da oficina, através dos seus celulares (Figuras 7 e 8). As perguntas foram elaboradas pela pesquisadora e tinham o objetivo de reforçar, de forma lúdica, a compreensão de

conceitos abordados na conversa. Foi um momento divertido e com boa interação nas quatro turmas.

**Figura 7 - Primeira pergunta do jogo executado durante a Oficina de Educação Fiscal**



Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 8 - Segunda pergunta do jogo executado durante a Oficina de Educação Fiscal**



Fonte: resultado da pesquisa

Por fim, foi compartilhado com as turmas o *link* para o preenchimento de uma enquete que visava perceber se o tema havia despertado o interesse. O formulário foi composto por três questões ilustradas sobre a educação fiscal e tivemos um total de 30 respondentes (Figuras 9, 10 e 11).

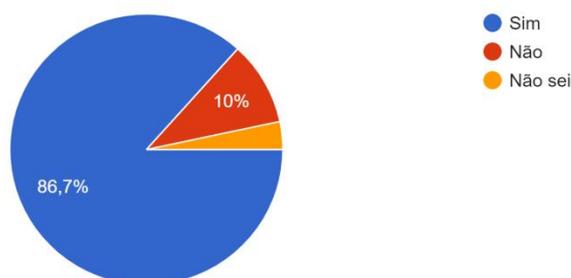
De acordo com os dados colhidos por meio deste jogo, a maioria das/os estudantes concordam que o pagamento dos tributos é necessário para que os serviços fundamentais sejam realizados e que é preciso participar da vida política para que os recursos públicos sejam utilizados corretamente.

Na última questão, foi perguntado se gostariam de saber mais sobre educação fiscal. Apesar de não ter tido recusa e da receptividade da maioria, o tema ainda tem um público a ser conquistado. Assim, o objetivo da oficina (apresentar a educação fiscal para as turmas do 9º ano do Colégio Municipal Dr. João Paim) foi alcançado e o resultado foi satisfatório.

**Figura 9 - Enquete respondida pelas/os estudantes na Oficina Educação Fiscal**

Depois do que conversamos, você concorda que é necessário o pagamento dos tributos para que os direitos fundamentais sejam realizados?

30 respostas

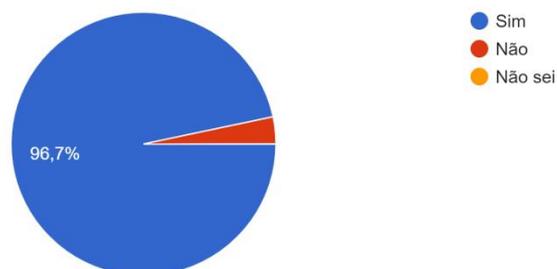


Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 10 - Enquete respondida pelas/os estudantes na Oficina Educação Fiscal**

Você concorda que é necessário o interesse e a participação de toda sociedade para que os recursos públicos sejam usados corretamente?

30 respostas

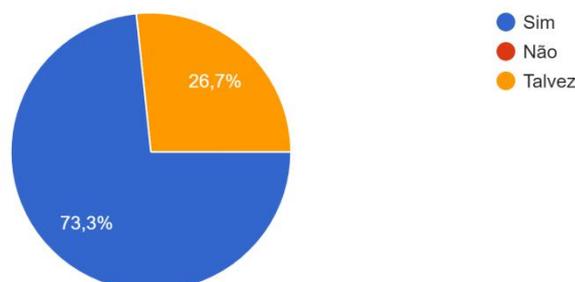


Fonte: resultado da pesquisa

**Figura 11 - Enquete respondida pelas/os estudantes na Oficina Educação Fiscal**

Você gostaria de saber mais sobre educação fiscal?

30 respostas



Fonte: resultado da pesquisa

#### 4.6 Análise descritiva das percepções das/os docentes e discentes a partir da survey

A análise e discussão dos dados coletados foi realizada por tipo de respondentes. Como já dito, responderam o instrumento 19 docentes participantes (Tabela 3). A maior parte foi do sexo feminino (16); na faixa etária entre 40 e 49 anos (11); com renda familiar mensal entre 1 e 3 salários-mínimos (10); concursadas/os (14); residentes em São Sebastião do Passé (10) e todas/os autodeclaradas/os negras/os.

**Tabela 3 - Perfil da amostra**

VARIÁVEL	ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Sexo	Feminino	16
	Masculino	3
Faixa etária	18 a 28 anos	1
	29 a 39 anos	2
	40 a 49 anos	11
	50 a 59 anos	5
Renda familiar mensal	Abaixo de R\$ 1.100,00	1
	R\$ 1.101,00 a 2.200,00	5
	R\$ 2.201,00 a 3.300,00	5
	R\$ 3.301,00 a 4.400,00	1
	R\$ 4.401,00 a 5.500,00	4

	Acima de R\$ 5.500,00	3
Autodeclaração étnico-racial	Preto(a)	9
	Pardo(a)	10
Vínculo empregatício	Contratado(a)	5
	Concursado(a)	14
Residente em S.S.Passé	Sim	10
	Não	9

Fonte: dados da pesquisa

O primeiro ponto que chama a atenção mostra a diferença no perfil do grupo de professoras/es contratadas/os em relação ao grupo de professoras/es efetivas/os, sendo o primeiro grupo representado por profissionais com as menores rendas familiares mensais (Tabela 4) e instabilidade profissional, demonstrando a precarização da relação de trabalho que envolve as/os professoras/es não concursadas/os.

A pesquisa foi realizada nos meses de dezembro e janeiro, quando estava se encerrando o ano letivo 2020/2021 e 3 das/os 5 professoras/es contratadas/os que participaram do estudo tinham menos de um ano de trabalho naquela escola. Como não houve processo seletivo para admissão dessas/es profissionais, provavelmente, eles terão seus contratos encerrados ao final do ano letivo.

O último certame foi realizado em 2010 e de lá em diante só foram realizados processos seletivos com duração máxima de dois anos ou contratações temporárias para o ano letivo e nas duas modalidades, a/o profissional contratada/o recebe salário inferior à/ao concursada/o.

Como saldo dessa precarização, perde a educação do município e, em especial, as/os educandas/os, pela descontinuidade do trabalho e de projetos desenvolvidos por essas/es professoras/es.

Na Tabela 04 nota-se que das/os 5 professoras/es contratadas/os, 1 declarou ter renda familiar abaixo de um salário-mínimo e as/os outras/os 4, renda entre 1 e 2 salários-mínimos.

Tabela 4 - Vínculo empregatício x renda familiar

Renda Familiar Mensal	Vínculo	
	Contratadas(os)	Concursadas(os)
Abaixo de R\$1.100,00	1	
De R\$1.101,00 a R\$2.200,00	4	1
De R\$2.201,00 a R\$3.300,00		1
De R\$3.301,00 a R\$4.400,00		4
De R\$4.401,00 a R\$5.500,00		3
Acima de R\$5.500,00		5
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>14</b>
Contratadas/os	Concursadas/os	

Fonte: dados da pesquisa

Ainda sobre o perfil socioeconômico, foi interessante notar que, quando perguntados de quais impostos eram contribuintes, a grande maioria se reconheceu contribuinte do Imposto de Renda (IRPF), mas, houve também quem não se reconhecesse contribuinte de impostos.

Nas alternativas à essa pergunta foram elencados o IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física); IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores); IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana); ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços); ISS (Imposto Sobre Serviços); IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e o ITR (Imposto Territorial Rural), além das opções “Outro” e “Não sou contribuinte de impostos”.

Todavia, a predominância, principalmente nas faixas a partir de 2 salários-mínimos, foi da percepção do IRPF (Tabela 5). Possivelmente, por ser o imposto exposto mensalmente no contracheque desses trabalhadores, comprovando a tese da tributação indireta. Ou seja, é mais vantajoso tributar quando os contribuintes não percebem o quanto pagam de impostos embutidos, a exemplo do ICMS que não foi citado.

**Tabela 5 - Percepção da contribuição de impostos cruzada com a variável renda familiar mensal**

Renda Familiar Mensal	Impostos							Não sou contribuinte de imposto	Outro
	IRPF	IPVA	IPTU	ICMS	ISS	IOF	ITR		
Abaixo de R\$ 1.100,00							●		
De R\$1.101,00 a R\$ 2.200,00	● ●		● ●					●	
De R\$2.201,00 a R\$ 3.300,00	●								
De R\$3.301,00 a R\$ 4.400,00	● ● ● ●								
De R\$4.401,00 a R\$ 5.500,00	● ● ●								
Acima de R\$ 5.500,00	● ● ● ●								●

**Total de 14 menções ao IRPF**

● Nº de professoras/es contratadas/os   ● Nº de professoras/es concursadas/os

Fonte: dados da pesquisa

Outro ponto demonstrado na pesquisa e que vale destacar é a falta de capacitação das/os professoras/es para temas importantes para a formação das/os jovens. Fazendo uma relação entre o tempo que leciona na escola e as capacitações/formações recebidas, apenas um professor disse já ter recebido todas as capacitações elencadas (Tabela 6). No entanto, trata-se do mesmo professor, que declarou não ser contribuinte de imposto, colocando em dúvida a veracidade das respostas.

Quanto aos 18 profissionais restantes, dos temas relacionados, 9 declararam ter feito capacitação em direito e cidadania e 4 capacitaram-se em educação financeira, 2 em transparência, 1 em corrupção e 1 em tributos. Com exceção do professor que declarou ter feito todas as capacitações, ninguém mais fez capacitação ou formação em educação fiscal, conforme demonstra a tabela.

Tabela 6 - Capacitação x tempo de atuação na escola

Capacitação	Tempo de atuação na escola				
	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Outro
Educação fiscal	●				
Educação financeira	● ●	●		● ●	
Direitos e cidadania	● ●	●	●	● ● ● ●	● ●
Tributos	●				●
Transparência	●				● ●
Corrupção	●				●

● Nº de professoras/es contratadas/os    ● Nº de professoras/es concursadas/os

Fonte: dados da pesquisa

Na seção II do questionário (Importância da Educação Fiscal e da formação) foram colhidas as percepções das/os professoras/es na dimensão político-social (Tabela 7) e político-pedagógica (Tabela 8) da educação fiscal.

Nas seis primeiras perguntas, atendendo ao primeiro objetivo específico, buscou-se verificar o nível de conhecimento das/os professoras/es sobre os tributos e a cidadania fiscal e nas demais, atendendo ao segundo objetivo específico, buscou-se identificar as percepções sobre as necessidades e possibilidades de implementar conteúdos transversais sobre educação fiscal, nos processos de ensino-aprendizagem.

Para mensurar a discordância, indiferença ou concordância com as proposições, utilizou-se os pontos discordo totalmente (DT); discordo parcialmente (DP); indiferente (I); concordo parcialmente (CP) e concordo totalmente (CT). E as respostas foram distribuídas nas tabelas em números absolutos.

Tabela 7 - Proposições político-sociais direcionadas aos professores

PROPOSIÇÕES	ESCALA LIKERT				
	DT	DP	I	CP	CT
1. O pagamento dos tributos é fundamental para assegurar os direitos sociais, ou seja, saúde, educação e segurança pública, iluminação nas ruas, atividades recreativas para os jovens, etc.		1		8	10
2. O retorno do pagamento dos tributos (saúde, educação, segurança, cultura, etc.) é satisfatório em São Sebastião do Passé	2	8	2	7	
3. É satisfatória a relação do governo (prefeitura) com as(os) cidadã(os) em São Sebastião do Passé.	5	6		7	1

4. Eu sempre exijo cupom ou nota fiscal nas compras que realizo.	1	3	6	9	
5. Participo ativamente da vida política do meu município, acessando informações através da TV, rádio, sites ou redes sociais.	1	3	11	4	
6. Eu busco informações e acompanho o uso dos recursos públicos do meu município.	1	1	3	12	2

Fonte: dados da pesquisa

Iniciando a análise da dimensão político-social, nas 3 primeiras afirmativas, a/o contribuinte avalia sua relação com o Estado e tem-se que: na primeira, quase a totalidade das/os participantes concordam (18), ainda que com alguma ressalva (8), que para assegurar nossos direitos fundamentais é preciso pagar tributos.

Contudo, tanto para as 8 pessoas que concordaram parcialmente, como para a pessoa que discordou parcialmente, infere-se que o elemento presente é o descrédito do Estado em provê-las com serviços de qualidade.

O resultado da segunda proposição parece confirmar a suposição levantada no resultado da primeira proposição, quando nenhum/a participante concorda totalmente que é satisfatório o retorno do pagamento dos tributos em São Sebastião do Passé.

Quanto à satisfação da relação do governo municipal com as/os cidadãs/os (proposição 3), o desenlace é bem próximo à sentença anterior, com diferença de apenas um/a participante que está totalmente satisfeita com a relação prefeitura e cidadão.

Depreende-se que as/os participantes concordam com a importância do pagamento dos tributos para custear serviços essenciais, mas, o descrédito em um retorno satisfatório desse financiamento é o que impera.

Nas 3 últimas proposições da dimensão político-social, as/os participantes, de modo geral, avaliaram positivamente sua cidadania fiscal. Quando afirmado "eu sempre exijo cupom ou nota fiscal...", 15 pessoas concordaram, ainda que algumas (6), declarando concordância parcial, o que se deduz tratar de algumas situações de exceção à exigência da nota fiscal.

Nas afirmativas sobre "participar ativamente da vida política" e "acompanhar o uso dos recursos públicos do seu município", a concordância foi bem superior à discordância. Todavia, o número de concordo parcialmente foi maior, donde infere-se que, embora exista, o desejo de participar, por vezes, não se exerça efetivamente.

Assim, deduz-se que as/os pesquisadas/os têm consciência de que é preciso participar, mas, de fato, nem sempre a fazem.

**Tabela 8 - Proposições político-pedagógicas direcionadas aos professores**

PROPOSIÇÕES	ESCALA LIKERT				
	DT	DP	I	CP	CT
7. Considero importante entender como o governo arrecada e como ele usa o dinheiro público, por isso, acho viável a aplicação da educação fiscal na(s) disciplina(s) que leciono.			1	5	13
8. Eu entendo que, atualmente, a necessidade de ensinar os alunos a lidar com o seu próprio dinheiro seja maior do que entender a gestão dos recursos públicos.	4	5		7	3
9. Para mim o ensino da educação financeira é mais importante que a educação fiscal	3	6	4	4	2
10. Eu creio que é plenamente possível incorporar conteúdos da educação fiscal como conteúdo transversal na(s) disciplina(s) que leciono.	1	3		5	10
11. Eu possuo conhecimentos básicos sobre Educação Fiscal de modo a ter como desenvolver exemplos, casos, exercícios etc., com esse tema nas disciplinas que leciono.	3	7	1	6	2
12. Eu possuo conhecimentos básicos sobre Educação Financeira, de modo a ter como desenvolver exemplos, casos, exercícios etc., com esse tema nas disciplinas que leciono.	3	6		8	2
13. O tema da educação fiscal conforme descrito na Base Nacional Comum Curricular, está plenamente contemplado nas práticas de ensino na escola que leciono.	7	8		4	
14. Eu penso que o ensino da educação fiscal é importante para a formação no ensino fundamental, mas deveria ter disciplina(s) específica(s) para tal.	1	3	2	4	9
15. Eu considero importante receber capacitações específicas sobre educação fiscal para os professores do ensino fundamental.			2		17
16. Eu entendo que os estudantes do ensino fundamental têm interesse na temática da educação fiscal.	2	2	2	10	3

Fonte: dados da pesquisa

Seguindo para a análise da dimensão político-pedagógica, foram elaboradas sentenças afirmativas na primeira pessoa do singular, a fim de obter a posição da/o profissional sobre o tema. Vale ressaltar que não foi solicitado identificação para responder ao questionário.

Assim, o bloco foi iniciado com a seguinte afirmação: "considero importante entender como o governo arrecada e usa o dinheiro público, por isso, acho viável a aplicação da educação fiscal na(s) disciplina(s) que leciono." A proposição teve 18 posições concordantes, 13 delas totalmente concordantes, o que demonstra, como

indicado na roda de conversa, que as/os professoras/es reconhecem a importância do tema para a formação.

Não obstante, é possível inferir que as 5 colocações de concordância com ressalva são decorrentes da falta de capacitação das/os professoras/es para trabalhar a temática, como demonstrado anteriormente.

Fazendo um paralelo entre as proposições 7 e 13, nota-se que, com base no que declararam a totalidade das/os respondentes e no que foi constatado na roda de conversa, a educação fiscal, enquanto tema transversal, como está disposto na BNCC, não está plenamente contemplado nas salas de aula em São Sebastião do Passé.

Entretanto, das/os 12 respondentes que discordaram e concordaram parcialmente, deduz-se que em alguma medida o tema seja trabalhado. Ademais, o fato das/os professoras/es acharem viável aplicar a educação fiscal nas suas práticas traz entusiasmo à pesquisa.

Nas proposições 8, 9 e 12, por conta das dúvidas levantadas na roda de conversa, a educação financeira foi trazida para o debate. E com afirmativas tendenciosas, a discussão se mostrou bem polarizada.

Quando proposto que, atualmente, existe a necessidade maior de ensinar às/aos alunas/os lidar com seu próprio dinheiro do que entender a gestão dos recursos públicos (item 8), as respostas ficaram interessantemente divididas entre os discordantes (9) e os concordantes (10), sem manifestações de indiferença.

O mesmo aconteceu quando foi afirmado: "eu possuo conhecimentos básicos sobre Educação Financeira, de modo a ter como desenvolver exemplos, casos, exercícios etc., com esse tema nas disciplinas que leciono" (item 12), o placar se repetiu.

De onde infere-se que de um lado exista um grupo de professoras/es que acreditam na necessidade e urgência de transformar jovens em empreendedores e/ou investidores, estando dispostos a contribuir para uma formação mais liberal do ponto de vista econômico. E do outro, pessoas que incentivam a luta pelo Estado de Direitos, um Estado que regula o mercado e garante aos jovens o direito ao trabalho.

No item 9 foi afirmado que a educação financeira é mais importante que a educação fiscal, com respostas bem distribuídas nos 5 níveis, 9 discordaram, ainda que 6 parcialmente e 6 concordaram, com 4 concordando em parte, houve ainda 4

que se abstiveram de concordar ou discordar, optando pela indiferença. Esse item vem mostrar a presença da ótica mercadológica nas escolas de ensino fundamental.

Traçando um paralelo entre as sentenças 10, 11 e 12, fica constatada a importância da formação e da capacitação para o desenvolvimento do trabalho do/a professor/a. Nos itens 11 e 12, foi proposto que a/o profissional possuía conhecimentos básicos para desenvolver a educação fiscal e a financeira, respectivamente, na(s) sua(s) disciplina(s).

Quando se tratou da educação financeira (proposição 12), tema que já houve alguma capacitação ou ainda, tema que vem sendo discutido pela sociedade, tivera 10 concordantes. Quando se tratou da educação fiscal (proposição 11), tema que não houve capacitação nem vem sendo discutido pela sociedade, pelo menos não como deveria, tivera 8 concordantes.

No entanto, no item 10, assim como foi no item 7, corroborando também com as informações obtidas na análise dos dados secundários na plataforma QEdú, as/os professoras/es se colocaram bastante receptivos à possibilidade de incorporar conteúdos de educação fiscal na(s) disciplina(s) que lecionam, fechando em 15 concordantes, sendo 10 totalmente de acordo.

Por fim, com as proposições 14, 15 e 16, tratando das necessidades para atender ao terceiro objetivo específico, buscou-se as percepções das/os professoras/es para subsidiar propostas para implementação dos conteúdos sobre educação fiscal nas escolas de ensino fundamental de São Sebastião do Passé.

Na primeira sentença, 13 professoras/es concordaram que a educação fiscal é importante para a formação no ensino fundamental, mas deveria ter disciplina específica para isso. De onde deduz-se que para essas/es professoras/es a carência de informação e de debate sobre o tema está ligada à falta de um direcionamento nos PCNs para os temas transversais serem trabalhados.

A proposição de número 15 vem reforçar a ideia levantada na proposição anterior, nesta, 17 respondentes concordaram que é importante haver capacitações específicas sobre educação fiscal para professoras/es do ensino fundamental, de onde podemos inferir que um dos entraves para que o tema seja trabalhado em sala de aula é a falta de capacitação das/os professoras/es.

Fechando o questionário, a 16ª proposição traz a percepção das/os professoras/es sobre o possível interesse das/os estudantes pela educação fiscal, com 13 concordantes, sendo que 10 concordaram parcialmente.

Aqui, infere-se que, segundo as/os respondentes, o interesse das/os alunas/os pelo tema estará atrelado a forma como os conteúdos serão trabalhados. O que remete ao discutido na roda de conversa, quando os professores sinalizavam que os conteúdos sobre educação fiscal deveriam aparecer em jogos e atividades interativas.

Com relação aos dados colhidos das/os estudantes, iniciaremos também pelo perfil socioeconômico da amostra (Tabela 9). Das/os 57 participantes, a maior parte foi do sexo feminino (31); na faixa etária entre 13 e 15 anos (38); declarantes de renda familiar mensal abaixo de 1 salário-mínimo (36); do 9º ano do ensino fundamental (32); residentes em São Sebastião do Passé (54) e autodeclaradas/os negras/os (48).

**Tabela 9 - Perfil da amostra de estudantes respondentes da Survey**

VARIÁVEL	ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Sexo	Feminino	31
	Masculino	25
	Outro	1
Faixa etária	10 a 12 anos	13
	13 a 15 anos	38
	16 a 18 anos	4
	Acima de 22 anos	2
Renda familiar mensal	Abaixo de R\$ 1.100,00	36
	R\$ 1.101,00 a 2.200,00	9
	R\$ 2.201,00 a 3.300,00	6
	R\$ 3.301,00 a 4.400,00	3
	R\$ 4.401,00 a 5.500,00	2
	Acima de R\$ 5.500,00	1
Autodeclaração étnico-racial	Amarelo(a)	1
	Branco(a)	8
	Preto(a)	23
	Pardo(a)	25
Série	6º ano	12
	7º ano	8
	8º ano	5
	9º ano	32

Residente em S.S.Passé	Sim	54
	Não	3

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que, dentre as séries participantes, foi do 9º ano que mais obtivemos respostas. Este fato pode se dar por serem estudantes com mais idade e com melhor percepção sobre os tributos, bem como, porque fizeram parte das turmas participantes das oficinas e já estavam mais familiarizadas com o tema.

Merece destaque também o quantitativo de jovens que declararam rendimento familiar mensal abaixo de um salário-mínimo. Triangulando esse dado com a informação colhida na roda de conversa, de que as/os estudantes dos 9º anos já conciliavam trabalho e estudo e os dados levantados na plataforma QEdu, de que o segmento anos finais apresenta um baixo índice de aprendizagem, é possível deduzir que a baixa renda é um fator que contribui para o baixo rendimento escolar dessas/es jovens.

Ainda no perfil socioeconômico, foi perguntado às/aos discentes qual era o seu nível de conhecimento sobre o IRPF, o IPVA, o IPTU, o ICMS, o ISS, o IOF e o ITR, foram oferecidas quatro alternativas: “conheço bastante”; “conheço razoavelmente”; “já ouvi falar, mas não sei explicar o que é” e “não sei nada” (Tabela 10). E foi interessante observar que em apenas dois impostos, IRPF e IPTU, o “já ouvi falar, mas não sei o que é” superou o “não sei nada”.

**Tabela 10 - Nível de conhecimento dos impostos pelas/os estudantes**

Alternativas	Nº de Respondentes por Imposto						
	IRPF	IPVA	IPTU	ICMS	ISS	IOF	ITR
Conheço bastante	2	3	6	3	3		3
Conheço razoavelmente	11	9	10	9	7	7	3
Já ouvi falar, mas não sei explicar o que é	26	22	25	16	18	19	20
Não sei nada	18	23	16	20	29	31	31

Fonte: dados da pesquisa

Podemos inferir a partir dos dados da Tabela 10 que esse resultado tenha relação direta com as campanhas anuais realizadas pelo poder público para divulgação do período de declaração do imposto, no caso do IRPF, e de pagamento

do imposto, no caso do IPTU, já que estes são os que aparecem com maior incidência quanto a conhecimento bastante ou razoavelmente.

Mas, de modo geral, percebe-se que a maioria dos estudantes respondentes desconhece totalmente impostos como o ITR, para proprietários de terra, e o IOF e o ISS, cuja aplicação se dá de forma embutida nos preços dos serviços.

Em seguida foi perguntado: “A sua família contribui com algum desses tributos?” E novamente podemos perceber o resultado da falta de informação na maioria das respostas, 4 declararam que não e 26 responderam que não sabiam informar, o que confirma o desconhecimento dos jovens.

Considerando que a maior parte dessa população sobrevive com menos de um salário-mínimo mensal; que essa renda possibilita apenas (quando possibilita) a alimentação e a manutenção de serviços essenciais e que uma parcela considerável dessa renda é destinada ao ICMS, imposto que a maioria desconhece, fica evidente como o sistema tributário brasileiro é antissocial.

Na seção seguinte do questionário (Importância da Educação Fiscal e da formação) assim como no formulário dos professores, foram colhidas as percepções das/os estudantes na dimensão político-social (Tabela 11) e político-pedagógica (Tabela 12) da educação fiscal.

Nas proposições 1 a 6, também buscou-se verificar o nível de conhecimento das/os discentes sobre os tributos e sua cidadania fiscal e nas proposições 7 a 10, buscou-se identificar as percepções sobre as possibilidades de implementar conteúdos de educação fiscal para sua formação.

**Tabela 11 - Proposições político-sociais direcionadas aos estudantes**

PROPOSIÇÕES	ESCALA LIKERT				
	DT	DP	I	CP	CT
1. O pagamento dos tributos é fundamental para assegurar os direitos sociais, ou seja, saúde, educação e segurança pública, iluminação nas ruas, atividades recreativas para os jovens, etc.	10	12	3	14	18
2. O retorno do pagamento dos tributos (saúde, educação, segurança, cultura, etc.) é satisfatório em São Sebastião do Passé	15	20	7	11	4
3. É satisfatória a relação do governo (prefeitura) com as(os) cidadãs(os) em São Sebastião do Passé.	16	19	10	7	5
4. Eu sempre exijo cupom ou nota fiscal nas compras que realizo.	16	14	7	9	11

5. Participo ativamente da vida política do meu município, acessando informações através da TV, rádio, sites ou redes sociais.	15	19	9	9	5
6. Eu busco informações e acompanho o uso dos recursos públicos do meu município.	15	23	9	7	3

Fonte: dados da pesquisa

Na primeira afirmativa, colheu-se a percepção das/os educandas/os sobre a importância dos tributos para assegurar os direitos sociais. Com opiniões bem divididas, tem-se que 32 jovens reconheceram a necessidade do pagamento dos tributos, ainda que desses, 14 concordando com alguma ressalva.

Na segunda proposição, foi afirmado ser satisfatório o retorno dos tributos em São Sebastião do Passé e o alunado se mostrou, proporcionalmente, mais insatisfeito do que as/os professoras/es, 35 discordantes e 15 concordantes.

Na terceira proposição, quanto à relação dos munícipes com o governo (prefeitura), os números guardam semelhança com a sentença anterior, 35 discordantes contra 12 concordantes, mostrando que existe relação entre a má gestão dos tributos e a relação insatisfatória entre prefeitura e contribuintes.

Vale ressaltar que entre os jovens, além do descrédito, a indiferença pela vida política do município é superior à expressa pelas/os professoras/es. Nas sentenças 4, 5 e 6, diferente das/os docentes, as/os discentes, no geral, avaliaram negativamente sua cidadania fiscal.

Na proposição afirmativa sobre o ato de exigir nota fiscal tivemos 20 concordantes contra 30 discordantes e nas afirmações sobre a participação da vida política e o acompanhamento do uso dos recursos públicos, tivemos que 34 concordaram, mas, 38 discordaram e com alta na indiferença (9). Isso pressupõe um baixo exercício da participação e controle social pela juventude, principalmente, no que diz respeito aos tributos.

Assim, mesmo de acordo com a importância dos tributos, a pesquisa reforça o que os estudos sobre participação política já vêm apontando, a juventude brasileira está sofrendo de apatia política e necessário e urgente se faz uma educação voltada para a democracia participativa.

**Tabela 12 - Proposições político-pedagógicas direcionadas aos estudantes**

PROPOSIÇÕES	ESCALA LIKERT				
	DT	DP	I	CP	CT
7. Eu acho mais importante a gente aprender como gastar e investir nosso próprio dinheiro do que aprender sobre a arrecadação e uso do dinheiro público.	17	9	5	10	16
8. Pra mim, educação fiscal e a educação financeira são a mesma coisa.	16	21	10	8	2
9. Considero importante entender como o governo arrecada e como ele usa o dinheiro público, por isso, gostaria de aprender mais sobre educação fiscal na minha escola.	10	12	5	11	19
10. Meus professores já trouxeram para a sala de aula assuntos, exemplos e/ou exercícios que tratassem de tributos, como o governo aplica os recursos arrecadados etc.	12	16	8	10	11

Fonte: dados da pesquisa

Partindo para a percepção político-pedagógica das/os estudantes sobre a educação fiscal, a proposição 7 buscou a opinião do alunado para o que seria mais interessante no momento: aprender a gerir seu próprio dinheiro ou aprender sobre a arrecadação e uso do dinheiro público?

E as opiniões se mostraram bem polarizadas, com mesmo número de discordantes e concordantes (26) e algumas indiferenças (5), de onde se pode inferir que na opinião das/os jovens, elas/es demandam as duas aprendizagens.

Na proposição 8, com a intenção de verificar se as/os estudantes distinguem entre a educação fiscal e a educação financeira, foi afirmado que os dois processos eram a mesma coisa e, apesar do alto número de indiferentes (10), obtivemos 37 posições discordantes. Isso mostra que distinguem os conceitos e, reforçando a ideia anterior, possivelmente demandem as duas aprendizagens.

Nas duas últimas sentenças, em atenção ao terceiro objetivo específico, foi averiguada a receptividade das/os estudantes para com a educação fiscal. Tem-se que 28 estudantes declararam que assuntos sobre tributos não são tratados nas aulas pelas/os professoras/es e 30 consideram importante entender a gestão dos recursos públicos e têm interesse que tenha conteúdos de educação fiscal na sua escola.

De forma geral, por não ter acesso aos conteúdos propostos pela educação fiscal, tanto docentes quanto discentes desconhecem a importância dos tributos para o exercício da cidadania. Deste modo, percebe-se o quanto o tema ainda está

distante dos processos educacionais formais, mesmo sendo a educação fiscal um tema transversal nas BNCC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa Educação Fiscal em São Sebastião do Passé foi realizada entre o período de outubro de 2020 a abril de 2022 e teve a intenção de levar a educação fiscal para as escolas de ensino fundamental, anos finais, do município.

Inicialmente, o projeto foi desenhado com a proposta de construir, juntamente com as/os professoras/es do segmento, uma tecnologia educacional para inserção da educação fiscal como tema transversal no currículo das escolas.

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa foi limitado por um fator natural de escala mundial, a pandemia da Covid-19, que desestruturou o sistema educacional brasileiro, em especial o municipal. E um fator cultural, falta de letramento político, que se reflete no desinteresse e na falta de participação das/os nossas/os jovens.

Diante disso, a pesquisa foi reestruturada e o percurso metodológico redesenhado para o estudo das percepções das/os docentes e discentes sobre a educação fiscal como conteúdo para a formação.

A educação fiscal tem a função de informar à/ao cidadã/o sobre a dinâmica tributária, possibilitando o entendimento e acompanhamento da alocação dos recursos públicos. Sua finalidade primeira é incentivar a participação e o controle social, institutos vitais à democracia.

Desse modo, a pesquisa é relevante por apresentar a professores/as e educandos/as um tema que os/as auxilia a compreender a atuação estatal na sociedade e o modo como essa atuação permeia o seu cotidiano.

Além da relevância social, a pesquisa representa para mim, servidora do município de São Sebastião do Passé, atuando na área da fiscalidade, o dever de contribuir para a formação de cidadãs/os ativas/os por acreditar ser esse um dos caminhos para o desenvolvimento local.

A pesquisa, após reestruturação, contou com três métodos para coletar a percepção das/os docentes e discentes sobre a importância da educação fiscal para formação.

Para alcançar esse objetivo, estabelecemos, especificamente, outros dois objetivos: verificar o nível de conhecimento do público-alvo sobre os tributos e sua gestão e identificar as necessidades e possibilidades de implementar esses

conteúdos. Para, ao final, subsidiar uma proposta de implementação da educação fiscal no município.

A primeira etapa do método utilizado foi uma roda de conversa com as/os professoras/es, onde percebemos que o grupo estava familiarizado com a educação financeira, mas não conhecia a educação fiscal, possivelmente, por não haver capacitação sobre o tema.

O grupo também não participou da pesquisa, por conta dos desafios trazidos pela pandemia. Em contrapartida, abriu espaço para a interação com as/os estudantes do 9º ano por meio de oficinas sobre educação fiscal, segunda etapa do método.

As oficinas, por sua vez, foram bastante proveitosas. Assuntos importantes foram abordados e, por meio de atividades lúdicas, percebemos que o grupo de estudantes tem noção superficial do que representa o imposto, apesar de não conhecer os tributos.

Ao final das oficinas, concordaram com a importância dos tributos para a sociedade; com a importância da participação social para o uso correto dos recursos públicos e, ainda, a maioria dos participantes declarou querer saber mais sobre a educação fiscal.

Com relação à terceira etapa do método, o survey, corroborando com as impressões obtidas na roda de conversa e nas oficinas, analisamos a dimensão político-social e político-pedagógica da educação fiscal.

Na dimensão político-social, temos que, tanto a maioria docentes quanto a maioria dos discentes apresentam conhecimento superficial sobre os tributos, mas concordam que é preciso pagá-los para ter seus direitos sociais assegurados, apesar do descrédito na gestão dos recursos públicos.

Os dois grupos revelaram-se insatisfeitos com o retorno do pagamento de tributos e da relação entre prefeitura e contribuintes. Quanto à sua cidadania fiscal, docentes se autoavaliaram positivamente, já o alunado se autoavaliou negativamente, sendo as respostas das/os discentes marcadas por acentuada indiferença.

Na dimensão político-pedagógica, as/os docentes reconhecem a importância da educação fiscal para a formação, apesar de reconhecer também que o tema não está completamente contemplado nas suas práticas.

Quando o assunto foi educação financeira x educação fiscal, docentes e discentes apresentaram praticamente empate nas respostas do que era mais importante, se aprender a lidar com seu próprio dinheiro ou entender como funciona a gestão dos recursos públicos, indicando que uma não é mais importante que a outra, mas que as duas são necessárias.

No questionário das/os docentes tivemos uma resposta a mais, tendendo para a educação financeira, o que pode indicar, diante da atual configuração econômica e social do país, uma tendência a focar em uma formação que possibilite à/ao jovem “se virar”.

A pesquisa mostrou também que apesar de se colocarem receptivos à possibilidade de incorporar conteúdos de educação fiscal nas suas disciplinas, as/os docentes estão mais aptos para desenvolver a educação financeira nas suas práticas, demonstrando a importância da capacitação.

Nas últimas proposições, tratando das necessidades apontadas pelas/os docentes para implementação da educação fiscal, foi confirmada justamente a precisão de capacitação e a possibilidade de o tema ser tratado como uma disciplina específica.

Quanto ao interesse do alunado ao tema, as/os docentes se colocaram otimistas, mas apresentaram algumas ressalvas, o que se subentende que o interesse das/os estudantes irá depender da forma como o tema for trabalhado, como tratado na roda de conversa.

Já a maioria do alunado declarou que esses conteúdos não foram trabalhados nas aulas que tiveram, mas que acham importante e têm interesse em ter a educação fiscal na sua escola.

Ademais, a pesquisa também se deparou com dados incidentes da educação do município que interferem na formação docente e discente. No caso das/os docentes, devido a não realização de concurso público desde 2010, a pesquisa mostrou a precarização do trabalho em relação às/aos professoras/es contratadas/os, que recebem salários inferiores e tem seus contratos de trabalho extintos ao final do período letivo. E quanto às/aos discentes, o fato da maioria conviver com renda familiar mensal abaixo de um salário-mínimo.

Com relação ao terceiro objetivo específico, o resultado da pesquisa veio subsidiar uma proposta de um produto para inserção da educação fiscal em São Sebastião do Passé, um espaço virtual onde a população conversaria sobre os

diversos subtemas da educação fiscal e da educação financeira. Uma página que estaria localizada no site da prefeitura e que seria alimentada com textos escritos pelas/os estudantes do município.

No entanto, o projeto, inicialmente, seria proposto para implementação apenas na disciplina Técnicas de Redação, no segmento ensino fundamental, anos finais, ponto que não dialogava com a transversalidade proposta pela BNCC para os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Assim, a banca avaliadora sugeriu a retirada da proposta de produto por inadequação ao aspecto fundamental para desenvolvimento dos TCTs.

Por fim, a pesquisa contribuiu para levar às/aos docentes e discentes indagações sobre os tributos e sua gestão; sobre os direitos sociais e a cidadania fiscal; a relação da gestão local com as/os cidadãs/os e a participação na vida política do município.

Contribuirá para a administração do município conhecer as percepções de docentes e discentes sobre a política fiscal do município e buscar melhorar esse relacionamento, fator imprescindível para uma boa gestão e conseqüentemente, para o desenvolvimento local.

E contribui também para que as/os docentes percebam que conteúdos importantes para a formação da cidadania ativa das/os jovens de São Sebastião do Passé precisam ser contemplados nas suas aulas.

Para mais, em vista das resistências encontradas para a realização da pesquisa, em especial, da dificuldade de encontrar pessoas interessadas em participar, ficam algumas questões para novas pesquisas que possam ser realizadas, tais como: quais as crenças e interesses sociais, econômicos e culturais que impactam no avanço da educação fiscal, especialmente na sua vertente de formação qualificada da/o cidadã/o? Como viabilizar o ensino de educação fiscal de modo transversal nas escolas? Há componentes curriculares específicos nos quais possam ser tratados os assuntos? Quais competências devem ser desenvolvidas nos docentes para que a educação fiscal seja ensinada?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Morgana. **Principais classificações dos tributos**. 2020. Disponível em: <https://turivius.com/portal/principais-classificacoes-dos-tributos/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ARSÊNIO, Lisete Sofia Pedro. **Educação Fiscal e a Pedagogia dos Impostos**: um estudo exploratório em Portugal. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial) - Instituto Superior De Contabilidade E Administração, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13460/1/Lisete\\_Arsenio.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13460/1/Lisete_Arsenio.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

BAHIA. Decreto nº 7.505 de 18 de janeiro de 1999. **Programa de Educação Fiscal do Estado da Bahia – PEF/BA**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-7505-de-18-de-janeiro-de-1999>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado. **Educação fiscal nas escolas**. 2017. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br/campanhas/educacaofiscal/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista de Cultura e Política** [online], n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>. Acesso em: 15 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista com a socióloga e educadora Maria Victória Benevides realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG, em janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496301/000958177.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Confaz. **Protocolo ICMS 44/19, de 29 de julho de 2019**. 2019b. Disponível: [https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/protocolos/2019/PT44\\_19](https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/protocolos/2019/PT44_19). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Confaz. **Ato COTEPE/ICMS 48, de 04 de setembro de 2019**. 2019c. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos/2019/ato-cotepe-icms-48-19>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Escola de Administração Fazendária (ESAF). Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Caderno 1. **Educação fiscal no contexto social**. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4251/1/Caderno1-2014.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7246-rceb007-10&category\\_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7246-rceb007-10&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. 2019a. Disponível em: [http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade humana**: entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CAMPANELLE, David Matos. **Sistema Tributário Brasileiro**: Uma análise crítica. 2012. 49 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2062/1/DMCampanelle.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CARDOSO, Débora Silva. **Despertar da Percepção na Educação Infantil**: caminho para uma aprendizagem totalizante. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Centro de Educação, Filosofia e Teologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24774/Debora%20da%20Silva%20Cardoso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 jun. 2022.

CEGOV. **A igualdade terá o rosto da mulher** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2021.

CNM. **IDMS 2020 de São Sebastião do Passé**. Disponível em <https://www.cnm.org.br/index.php/municipios/idms>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria geral do tributo, da interpretação e da exoneração tributária**: o significado do art. 116, parágrafo único do CTN. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2003.

CORDEIRO, Elaine Silva. Participação social e cidadania fiscal: uma análise do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). *In*: JORNAP - Jornada Científica de Administração Pública, 15., 2021, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: UNESP,

2021. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/xvjornap/trabalho/182603>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CORREIA NETO, Celso de Barros. **Sistema Tributário Nacional - Texto base da consultoria legislativa**. Câmara dos Deputados. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/Textobase1.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. 1789. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DUARTE, A.W.B.D. **Survey**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.vidaemheiro.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF). Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho Educação Fiscal (GET). **Marco referencial PNEF**. Brasília, 1999.

FERNANDES, Rodrigo Cardoso. **TD 2449 - Imposto de Renda e Distribuição de Renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2449.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2449.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado**: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil\\_endividado.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_endividado.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Sebastião do Passé**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-sebastiao-do-passe/panorama>. Acesso em 15 jun. 2022.

JANONE, Lucas. CNN Brasil. **Número de famílias endividadas no Brasil é o maior em 11 anos, aponta CNC**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-familias-endividadas-no-brasil-e-o-maior-em-11-anos-aponta-cnc/#:~:text=O%20recorde%20no%20n%C3%BAmero%20de,%20C3%25%20do%20m%C3%AAs%20anterior>. Acesso em: 15 jun. 2022.

KRAWCZYK, Nora; OLIVEIRA, Tatiana. Outras Palavras. **Quando a escola ensina a submissão financeira**. 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/quando-a-escola-ensina-a-submissao-financieira/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LIMA, Joel Ribeiro da Silva. **Conselhos escolares na gestão democrática das escolas da rede municipal de São Sebastião do Passé no estado da Bahia**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-MESTRADO-LIMA-Joel-Ribeiro-da-Silva.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LOEBENS, João Carlos. **“Corrupção Pública” versus “Corrupção Privada”**. 2018. Disponível em: <https://ijf.org.br/corruptcao-publica-versus-corrupcao-privada/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A orquídea negra**: romance de formação. Ilhéus: Editus, 2017.

\_\_\_\_\_. Atos de Currículo e Formação: O príncipe provocado. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 67-74, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24252>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARTELLO, Alexandre. **Gastos com juros da dívida pública sobem R\$ 136 bi em 2021, valor que supera orçamento do Auxílio Brasil**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/06/gastos-com-juros-da-divida-publica-sobem-r-136-bi-em-2021-valor-que-supera-orcamento-do-auxilio-brasil.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2022.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O sistema tributário brasileiro: uma análise crítica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 969, p. 1-11, 2016 Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RTrib\\_n.969.10.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.969.10.PDF). Acesso em: 15 jun. 2022.

MENEZES, André Felipe Pignataro Furtado de Mendonça e. **Cidadão x consumidor**: Breve análise sobre o modelo de gestão estatal e seus reflexos na sociedade. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72688/cidadao-x-consumidor>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de. Verbete transversalidade. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>. Acesso em 15 jun. 2022.

MEU MUNICÍPIO. IBGE. **Dados de São Sebastião do Passé**. 2020. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/indicadores-municipio/2929503-Sao-Sebastiao-do-Passe-BA?exercicio=2019>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MORAIS, Romeu Gonçalves de Moraes; MORAIS, Vanderléia do Rocio Prestes de. Educação emancipatória e os diálogos entre universidade e escola. *In: EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 42234-42244. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20580\\_10290.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20580_10290.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

MOTA, Sergio Ricardo Ferreira. Mínimo existencial e limites imanentes à tributação na Constituição Federal. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, n. 140, p. 269-288, 2019. Disponível em: <https://www.rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/132/88>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OCDE et al. **Estadísticas Tributarias en América Latina y el Caribe 2021**. 2021. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2021\\_96ce5287-enes#page25](https://read.oecd-ilibrary.org/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2021_96ce5287-enes#page25). Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212/pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Ana Isabel Teixeira Duarte. **Literacia Fiscal: Um Estudo Empírico**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro, 2014. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14293/1/Tese.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF**. 2020. 251 f. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

QEDU. INEP. **Aprendizado dos alunos na escola**. Prova Brasil 2019. Classificação não oficial. 2020. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/105102-cm-doutor-joao-paim/aprendizado>. Acesso em: 15 jun. 2022.

QUADROS, Sergio; KRAWCZYK, Nora. **Educando pelas métricas do mercado: As propostas do empresariado para a juventude da classe trabalhadora e a reforma do ensino médio**. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2239/3724>. Acesso em 15 jun. 2022.

REDE SUAS. **Educação Financeira – Futuro na Mão**. 2022. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/educacao-financeira-futuro-na-mao>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIVILLAS, Borja Días; VILARDEBÓ, Andréa. Educação Fiscal no Brasil e no Mundo. *In*: VIDAL, Eloísa Maia (Org.). **Educação Fiscal e Cidadania**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2010.

SILVA, C.; MARQUES, N. **TD 1649 - Movimentação Financeira**: a base sólida para incidência de um imposto socialmente justo. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1649.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1649.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUZA, João Batista Teixeira de. Análise Crítica do Sistema Tributário Nacional Vigente e Propostas de Mudanças em sua Estrutura e de sua Simplificação. **Augustus**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 10-29, 2018.

SOUZA, Tania Coelho de. **Ideias, Atores e Campos Estratégicos**: A transferência de Ideias e Práticas entre o Campo de Combate à Corrupção e o Campo da Educação Fiscal no Brasil. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/126082/000972701.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TEIXEIRA, Felipe de Macedo. A cidadania fiscal como instrumento para fortalecimento da transparência Pública. **FIDES**, Natal, v. 10, n. 1, p. 90-101, 2019. Disponível em: [www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/download/356/362](http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/download/356/362). Acesso em 15 jun. 2022.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Mais uma vez o conceito de gestão social. **Cadernos EBAPE.BR** [online], v. 18, n. 4, p. 891-905, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200105>. Acesso em: 15 jun. 2022.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM AS/OS PROFESSORAS/ES DO COLÉGIO DR. JOÃO PAIM**

Sabe-se que muitos(as) dos(as) nossos(as) jovens não têm noção da origem dos recursos que mantém uma cidade. Não conseguem perceber a relação existente entre o tributo, a gestão do município e a oferta dos serviços públicos. E a escola tem a missão de contribuir para a formação cidadã, incluindo, por exemplo, a Educação Fiscal na grade curricular do ensino fundamental, como preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Assim, a reunião com professores, utilizando o método roda de conversa, é para discutir a elaboração de uma tecnologia educacional para inserção da educação fiscal no ensino fundamental, anos finais, da rede pública municipal de São Sebastião do Passé - BA. E para conduzir a discussão, duas questões-tronco foram elaboradas:

I - Qual a abordagem e o produto mais apropriado para a apresentação do tema “Educação Fiscal” aos alunos do 6º ao 9º ano?

II – Quais os conteúdos e as estratégias o produto deve apresentar visando tanto despertar o interesse dos(as) jovens pela temática como incentivar a participação e o controle social?

Link para a reunião:

Santo Amaro \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Pesquisadora responsável

## APÊNDICE B - ROTEIRO DA OFICINA DE EDUCAÇÃO FISCAL COM AS/OS ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO DR. JOÃO PAIM

### Apresentação

1. O que é educação fiscal?
2. Qual a diferença entre educação financeira x educação fiscal?
3. Compartilhar o *link* da nuvem de palavras (Mentimeter).
4. O que são tributos? Quem paga? Para que serve?
5. Arrecadação dos recursos públicos, orçamento público e orçamento participativo.
6. Direitos sociais e a função social do tributo.
7. Cidadania fiscal, participação e controle Social.
8. Compartilhar o *link* do jogo (Kahoot).
9. Compartilhar o *link* da enquete (Google forms).
10. Agradecimento e despedida.

### Nuvem

<https://www.menti.com/vbihe1rvqd>

### Jogo

<https://kahoot.it/v2/>

### Enquete

<https://forms.gle/av89UxhsMHRhV5b98>

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS/AOS PROFESSORAS/ES DOS ANOS FINAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Professor(a),

Este questionário só deve ser respondido por professores(as) vinculados às escolas públicas municipais de ensino fundamental, anos finais, do município de São Sebastião do Passé - BA.

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Educação Fiscal em São Sebastião do Passé - BA. Após ler este termo, se você aceitar fazer parte da pesquisa, assinale ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Meu nome é Elaine Cordeiro, RG nº xxxxxx, sou a pesquisadora responsável, mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob matrícula nº xxxxxxxx. A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo, SIAPE n xxxxxx. As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo e-mail [cordeiro25@yahoo.com.br](mailto:cordeiro25@yahoo.com.br). A referida pesquisa foi validada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB sob nº 49022121.9.0000.0056. A pesquisa tem o objetivo de analisar as percepções de professores e estudantes do ensino fundamental, anos finais, de São Sebastião do Passé, sobre a importância da educação fiscal como conteúdo para a formação.

Ao concordar com a realização da pesquisa, afirmo que estou ciente de que:

- .minha participação não é obrigatória, sendo voluntária e que a qualquer momento posso desistir de participar e retirar meu consentimento. Tal recusa não trará nenhum prejuízo em minha relação com a pesquisadora ou com a instituição pertinente.
- .terei minha identidade totalmente preservada mesmo não sendo necessário identificar o meu nome;
- .não terei ônus financeiro, bem como não serei remunerado por tal participação;
- .receberei esclarecimentos sobre dúvidas que tiver a qualquer momento da pesquisa;
- .fui informado/a sobre - e-mail da pesquisadora caso necessite utilizá-los;
- .a pesquisadora se compromete a divulgar amplamente os resultados da pesquisa para os respondentes..
- .a pesquisadora se compromete que os conteúdos cedidos serão de uso exclusivo desta pesquisa com finalidade científica e educacional.

A resposta a pesquisa demora em média 10 minutos.

Agradeço a sua importante colaboração.

Eu declaro que: \*

- Concordo livremente com os termos para minha participação na pesquisa e que entendi o objetivo, riscos e benefícios de minha participação;
- Não concordo em participar.

---

### SEÇÃO I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual a sua faixa etária (idade): \*

- 18 a 28 anos
- 29 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- Acima de 60 anos

2. Sexo: \*

- Masculino
- Feminino
- Outro

3. Autodeclaração étnico-racial: \*

- branco/a
- preto/a
- pardo/a
- amarelo/a
- indígena
- Outra

4. Renda familiar mensal: \*

- Abaixo de R\$1.100,00
- de R\$1.101,00 a R\$2.200,00
- de R\$2.201,00 a R\$3.300,00
- de R\$3.301,00 a R\$4.400,00
- de R\$4.401,00 a R\$5.500,00
- acima de R\$5.500,00

5. Em que área você leciona? \*

- Linguagens
- Matemática
- Ciências da natureza
- Ciências humanas
- Ensino religioso
- Outra

6. Em quais anos você leciona?

- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano

7. Entre os anos de 2020 e 2021, quantos estudantes você teve em média por turma?

- Até 20
- De 21 a 35
- De 36 a 45
- mais de 45

8. Qual o seu vínculo empregatício com a Escola na qual trabalha?

- Concursado(a)
- Contrato por tempo determinado (ex.: Reda)
- Voluntário(a)
-

Outro

9. Há quanto tempo você atua como docente nesta Escola?

- menos de 1 ano
- de 1 a 2 anos
- de 2 a 3 anos
- mais de 3 anos
- outro

10. Você reside em São Sebastião do Passé? \*

- Sim
- Não

11. Quais desses impostos você é contribuinte? \*

- IRPF - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;
- IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
- IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA;
- ICMS -IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS;
- ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS;
- IOF - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS;
- ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL;
- Não sou contribuinte de impostos.
- Outro

12 Você já recebeu alguma capacitação ou formação específica sobre os seguintes temas?

	Sim	Não
Educação Fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação Financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direitos e cidadania	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tributos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transparência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Corrupção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## SEÇÃO II - Importância da Educação Fiscal e da formação

A seguir são apresentadas algumas afirmações com relação a Educação Fiscal e a necessidade de processos formativos. Pedimos que assinale de 1 a 5, apresentando apenas uma resposta para cada afirmação, conforme seu nível de concordância ou discordância.

Marque todas que se aplicam.

	1. discordo totalmente	2. discordo parcialmente	3. indiferente	4. concordo parcialmente	5. concordo totalmente
O pagamento dos tributos é fundamental para assegurar os direitos sociais, ou seja, saúde, educação e segurança pública, iluminação nas ruas, atividades recreativas para os jovens, etc.	<input type="checkbox"/>				
O retorno do pagamento dos tributos (saúde, educação, segurança, cultura, etc) é satisfatório em São Sebastião do Passé	<input type="checkbox"/>				
É satisfatória a relação do governo (prefeitura) com as(os) cidadã(os) em São Sebastião do Passé.	<input type="checkbox"/>				
Eu sempre exijo cupom ou nota fiscal nas compras que realizo.	<input type="checkbox"/>				
Participo ativamente da vida política do meu município, acessando informações através da TV, rádio, sites ou redes sociais.	<input type="checkbox"/>				
Eu busco informações e acompanho o uso dos recursos públicos do meu município.	<input type="checkbox"/>				
Considero importante entender como o governo arrecada e como ele usa o dinheiro público, por isso, acho viável a aplicação da educação fiscal na(s) disciplina(s) que leciono.	<input type="checkbox"/>				
Eu entendo que, atualmente, a necessidade de ensinar os alunos a lidar com o seu próprio dinheiro seja maior do que entender a gestão dos recursos públicos.	<input type="checkbox"/>				
Para mim o ensino da educação financeira é mais importante que a educação fiscal.	<input type="checkbox"/>				
Eu creio que é plenamente possível incorporar conteúdos da educação fiscal como conteúdo transversal na(s) disciplina(s) que leciono.	<input type="checkbox"/>				
Eu possuo conhecimentos básicos sobre Educação Fiscal de modo a ter como desenvolver exemplos, casos, exercícios etc, com esse tema nas disciplinas que leciono.	<input type="checkbox"/>				
Eu possuo conhecimentos básicos sobre Educação Financeira, de modo a ter como desenvolver exemplos, casos, exercícios etc, com esse tema nas disciplinas que leciono.	<input type="checkbox"/>				
O tema da educação fiscal conforme descrito na Base Nacional Comum Curricular, está plenamente contemplado nas práticas de ensino na escola que leciono.	<input type="checkbox"/>				
Eu penso que o ensino da educação fiscal é importante para a formação no ensino fundamental, mas deveria ter disciplina(s) específica(s) para tal.	<input type="checkbox"/>				
Eu considero importante receber capacitações específicas sobre educação fiscal para os professores do ensino fundamental.	<input type="checkbox"/>				
Eu entendo que os estudantes do ensino fundamental tem interesse na temática da educação fiscal.	<input type="checkbox"/>				

Obrigada pela colaboração!

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS/AOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Estudante,

Este questionário só deve ser respondido por estudantes vinculados às escolas públicas municipais de ensino fundamental, anos finais, do município de São Sebastião do Passé - BA. Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Educação Fiscal em São Sebastião do Passé - BA. Após ler este termo, se você aceitar fazer parte da pesquisa, assinale ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Meu nome é Elaine Cordeiro, RG nº xxxxxxxx, sou a pesquisadora responsável, mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob matrícula nº xxxxxxxx. A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo, SIAPE n xxxxxxx. As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo e-mail [cordeiro25@yahoo.com.br](mailto:cordeiro25@yahoo.com.br). A referida pesquisa foi validada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB sob nº 49022121.9.0000.0056 A pesquisa tem o objetivo de analisar as percepções de professores e estudantes do ensino fundamental, anos finais, de São Sebastião do Passé, sobre a importância da educação fiscal como conteúdo para a formação.

Ao concordar com a realização da pesquisa, confirmo está ciente de que:

- minha participação não é obrigatória, sendo voluntária e que a qualquer momento posso desistir de participar e retirar meu consentimento. Tal recusa não trará nenhum prejuízo em minha relação com a pesquisadora ou com a instituição pertinente.
- terei minha identidade totalmente preservada mesmo não sendo necessário identificar o meu nome;
- não terei ônus financeiro, bem como não serei remunerado por tal participação;
- receberei esclarecimentos sobre dúvidas que tiver a qualquer momento da pesquisa;
- fui informado/a sobre - e-mail da pesquisadora caso necessite utilizá-los;
- a pesquisadora se compromete a divulgar amplamente os resultados da pesquisa para os respondentes..
- a pesquisadora se compromete que os conteúdos cedidos serão de uso exclusivo desta pesquisa com finalidade científica e educacional.

A resposta a pesquisa demora em média 13 minutos.

Agradeço a sua importante colaboração.

Eu declaro que:

- Concordo livremente com os termos para minha participação na pesquisa e que entendi o objetivo, riscos e benefícios de minha participação;
- Não concordo em participar.

### SEÇÃO I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual a sua faixa etária (idade): \*

- 10 a 12 anos
- 13 a 15 anos
- 16 a 18 anos
- 19 a 21 anos
- Acima de 22 anos

2 Sexo:

- Masculino
- Feminino
- Outro

## 3 Autodeclaração étnico-racial:

- branco/a  
 preto/a  
 pardo/a  
 amarelo/a  
 indígena  
 Outra

## 4 Renda familiar mensal: \*

- Abaixo de R\$1.100,00  
 de R\$1.101,00 a R\$2.200,00  
 de R\$2.201,00 a R\$3.300,00  
 de R\$3.301,00 a R\$4.400,00  
 de R\$4.401,00 a R\$5.500,00  
 acima de R\$5.500,00

## 5. Qual a sua série? \*

- 6º ano  
 7º ano  
 8º ano  
 9º ano  
 Outra

## 6. Você reside em São Sebastião do Passé?

- Sim  
 Não

## 7. Qual o seu nível de conhecimento sobre esses tributos? \*

Marque todas que se aplicam.

	Não sei nada	Já ouvi falar, mas não sei explicar o que é	Conheço razoavelmente	Conheço bastante
IRPF - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IOF - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 8. A sua família contribui com algum desses tributos?

- Não sei informar  
 Sim  
 Não

## SEÇÃO II - Importância da Educação Fiscal e da formação

**O tributo é a parte que todos nós pagamos ao Estado para financiar os serviços essenciais à nossa sobrevivência. Ex.: educação, saúde, alimentação, moradia, lazer, segurança.**

A seguir são apresentadas algumas afirmações com relação a Educação Fiscal e a necessidade de processos formativos. Pedimos que assinale de 1 a 5, apresentando apenas uma \* resposta para cada afirmação, conforme seu nível de concordância ou discordância.

*Marque todas que se aplicam.*

	1. discordo totalmente	2. discordo parcialmente	3. indiferente	4. concordo parcialmente	5. concordo totalmente
O pagamento dos tributos é fundamental para assegurar os direitos sociais, ou seja, saúde, educação e segurança pública, iluminação nas ruas, atividades recreativas para os jovens, etc.	<input type="checkbox"/>				
O retorno do pagamento dos tributos (saúde, educação, segurança, cultura, etc) é satisfatório em São Sebastião do Passé	<input type="checkbox"/>				
É satisfatória a relação do governo (prefeitura) com as(os) cidadã(os) em São Sebastião do Passé.	<input type="checkbox"/>				
Eu sempre exijo cupom ou nota fiscal nas compras que realizo.	<input type="checkbox"/>				
Tenho interesse na vida política do meu município, acessando informações através da TV, rádio, sites ou redes sociais.	<input type="checkbox"/>				
Eu busco informações e acompanho o uso dos recursos públicos do meu município.	<input type="checkbox"/>				
Eu acho mais importante a gente aprender como gastar e investir nosso próprio dinheiro do que aprender sobre a arrecadação e uso do dinheiro público.	<input type="checkbox"/>				
Pra mim, educação fiscal e a educação financeira são a mesma coisa.	<input type="checkbox"/>				
Considero importante entender como o governo arrecada e como ele usa o dinheiro público, por isso, gostaria de aprender mais sobre educação fiscal na minha escola.	<input type="checkbox"/>				
Meus professores já trouxeram para a sala de aula assuntos, exemplos e/ou exercícios que tratassem de tributos, como o governo aplicar os recursos arrecadados etc.	<input type="checkbox"/>				

Obrigada pela colaboração!